

**DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR E A  
AGRICULTURA CAMPONESA<sup>1</sup>**

**DIFFERENCES AND SIMILARITIES BETWEEN FAMILY FARMING AND  
PEASANT AGRICULTURE**

**DIFERENCIAS Y SIMILITUDES ENTRE LA AGRICULTURA FAMILIAR Y LA  
AGRICULTURA CAMPESINA**

Lucas Guedes VILAS BOAS<sup>2</sup>

**Resumo:** Muitos estudos tratam a agricultura familiar e a agricultura camponesa como sinônimos. Embora toda agricultura camponesa seja familiar, nem toda agricultura familiar é camponesa, uma vez que abrange diversos tipos de agricultura. Assim, o objetivo do artigo é discutir as duas categorias, com ênfase na conjuntura agrária brasileira, evidenciando as diferenças teóricas e práticas entre ambas. Ademais, salienta as relações de trabalho e de produção estabelecidas por camponeses e agricultores familiares, assim como seu envolvimento com a conservação da terra e da natureza. A pesquisa bibliográfica e a análise documental foram os procedimentos metodológicos adotados. Destarte, pode-se afirmar que, com o desenvolvimento do capitalismo, houve nos últimos decênios diminuição da quantidade de camponeses no Brasil em virtude da migração campo-cidade e, principalmente, da integração e subordinação ao modo de produção capitalista.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Campesinato; Produção; Trabalho; Brasil.

**Abstract:** Many studies treat family farming and peasant agriculture as synonyms. Although all peasant agriculture is family, not all family farming is peasant, since covers several types of agriculture. Thus, the objective of the article is to discuss the two categories, with emphasis in the Brazilian agrarian conjuncture, highlighting the theoretical and practical differences between them. Furthermore, stresses the labor and production relations established by peasants and family farmers, as well as their involvement with the conservation of land and nature. Bibliographic research and document analysis were the methodological procedures adopted. Thus, it can be said that, with the development of capitalism, there has been in the last decades a decrease in the number of peasants in Brazil due to the rural-urban migration and, mainly, integration and subordination to the capitalist mode of production.

**Keywords:** Family Farming; Peasantry; Production; Labor; Brazil.

**Resumen:** Muchos estudios tratan la agricultura familiar y la agricultura campesina como sinónimos. Aunque toda agricultura campesina sea familiar, no toda agricultura familiar es campesina, ya que abarca diferentes tipos de agricultura. Así, el objetivo del artículo es discutir las dos categorías, con énfasis en la conyuntura agraria brasileña, evidenciando las diferencias teóricas y prácticas entre ambas. Además, subraya las relaciones de trabajo y producción establecidas por campesinos y agricultores familiares, así como su involucimiento con la conservación de la tierra y la naturaleza. La investigación bibliográfica y el análisis documental fueron los procedimientos metodológicos adoptados. De esta manera, se puede afirmar que, con el desarrollo del capitalismo, ha habido una disminución en el número de campesinos en Brasil en las últimas décadas debido a la migración rural-urbana y, principalmente, a la integración y subordinación al modo de producción capitalista.

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte da tese de doutorado apresentada e defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 2019.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Professor Adjunto do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG/Unidade Nepomuceno. E-mail: lucasguedes@cefetmg.br

**Palabras clave:** Agricultura Familiar; Campesinado; Producción; Trabajo; Brasil.

## Introdução

Nas óticas de Kautsky (1980) e Oliveira (2007), a modificação estrutural ocorrida na agricultura em virtude da inserção do capitalismo no campo não implica necessariamente na eliminação das pequenas propriedades, uma vez que podem manter sua existência por meio de formas de trabalho acessório, as quais podem ser vinculadas ou não à agricultura, possibilitando sua reprodução social. O fracasso da indústria camponesa, em decorrência da concorrência estabelecida pela grande indústria desenvolvida após a Revolução Industrial, impeliu os camponeses à busca por trabalho(s) acessório(s), pois doravante o declínio da indústria camponesa, a agricultura e/ou o trabalho assalariado se tornaram suas únicas fontes de rendimentos financeiros, constituindo estratégias para a manutenção do patrimônio familiar, especialmente a terra.

Guzmán e Molina (2013) argumentam que a obra de Kautsky (1980), ao denunciar a provável proletarização dos camponeses, também revela suas formas de resistência, como por exemplo, o trabalho acessório. É indiscutível que esse tipo de trabalho contribui para a proletarização do campesinato, contudo, em virtude das necessidades de subsistência, um trabalho complementar amplia os rendimentos da família, evitando, em alguns casos, a migração campo-cidade. Deste modo, ao passo que o trabalho acessório gera uma renda complementar para os camponeses pobres, também fornece mão de obra nos períodos de maior demanda das grandes explorações agrícolas (GUIMARÃES, 1982; OLIVEIRA, 2007).

Em muitos estudos, as expressões agricultura familiar e agricultura camponesa aparecem com significados muito parecidos, aproximando-se de uma oposição ao agronegócio. No entanto, não podem ser entendidas como sinônimos, pois possuem importantes diferenças, principalmente concernentes às relações de produção e aos objetivos do processo produtivo. A discussão teórica entre as duas noções constitui uma abstração útil à compreensão da realidade material, a qual é marcada pela transformação das relações produtivas no campo e não apenas pela sua manutenção.

Destarte, considerando que a agricultura camponesa é apenas uma das possibilidades da agricultura familiar, o artigo propõe uma discussão conceitual acerca de ambas, mostrando as dessemelhanças existentes entre elas. O debate sobre o tema é antigo e foi objeto de estudo das

obras de inúmeros autores consagrados, como Karl Marx, Vladimir Lênin, Karl Kautsky, Alexsander Chayanov, Henri Mendras, Hughes Lamarche e Teodor Shanin.

## **Metodologia**

Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa bibliográfica e a análise documental. A pesquisa bibliográfica deu ênfase a obras relativas às discussões acerca da agricultura familiar e do campesinato, enquanto a análise documental priorizou dados e publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## **Desenvolvimento**

Lamarche (2008) aponta que há distintas maneiras de organização e funcionamento da agricultura familiar, especialmente em decorrência do grau de integração e de dependência frente ao mercado. Caume (2009), assim como Lamarche (1993; 2008), afirma que a agricultura camponesa é uma das possibilidades da agricultura familiar, a qual pode ter outras facetas, como a empresarial. Lamarche (1993), Wanderley (1996) e Fernandes (2000) argumentam que toda agricultura camponesa é familiar, mas nem toda agricultura familiar é camponesa. Assim, a agricultura familiar abrange diversas formas e lógicas de organização produtiva (LAMARCHE, 1993; 2008; ALTAFIN, 2007). Conforme advogam Navarro (2010) e Bruno (2016), houve, nos tempos recentes, a disseminação de outras formas de agricultura familiar, as quais são permeadas pela cultura urbano-industrial, culminando na gradativa perda de sua autonomia.

Em âmbito mundial, a agricultura familiar se tornou uma categoria de expressivo destaque nos estudos agrários a partir do decênio de 1950, em concomitância com a Modernização Agrícola. As discussões teóricas relativas à Modernização Agrícola e à agricultura familiar se entrelaçaram principalmente nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra. Salienta-se que o termo agricultura familiar se disseminou mais facilmente nos Estados Unidos, sendo associado a uma agricultura densamente mecanizada efetivada em grandes extensões de terra. Ademais, a colonização e a ocupação do território estadunidense foram mais recentes, constituindo empecilhos à consolidação de um modo de vida propriamente camponês (NAVARRO, 2010).

**A disseminação da categoria agricultura familiar nas políticas públicas brasileiras**

Schneider (2003), Silva (2007), Marques (2008) e Navarro (2010) mostram como a categoria agricultura familiar conseguiu ampla inserção nos debates teóricos no Brasil a partir do decênio de 1990, sobretudo nas políticas públicas nacionais, por meio de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Até a década de 1990, vocábulos e expressões como minifundiários, agricultores de subsistência, pequenos produtores ou agricultores de baixa renda, eram empregados nas políticas públicas brasileiras, em detrimento do uso do termo agricultura familiar. Já nos estudos científicos, o vocábulo camponês era bastante utilizado até o início dos anos 1990, com algumas pequenas variações regionais, as quais mantinham o seu significado geral.

No tocante ao assunto, Navarro (2010) assinala que a difusão do vocábulo agricultura familiar no Brasil resultou de um exitoso e legítimo movimento político-sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)<sup>3</sup>, entidade cujo papel nas reuniões do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foi significativo para a definição das políticas agrárias do bloco econômico, especialmente aquelas destinadas aos pequenos produtores agrícolas, os quais, segundo a legislação nacional, correspondem aos agricultores cujas terras possuem dimensões inferiores ou iguais a 4 módulos fiscais, configurando-se como pequenas propriedades rurais (BRASIL, 2006).

Em 1991, houve a criação do Mercosul, importante bloco econômico da América do Sul, instituído por intermédio do Tratado de Assunção. Com o decorrer do tempo, os chefes de Estado dos países integrantes desta união aduaneira intensificaram suas alianças – com ênfase

---

<sup>3</sup> A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entidade fundada em dezembro de 1963 e reconhecida em janeiro de 1964, possui diversos objetivos, dentre os quais se destacam a conservação do meio ambiente, a qualidade de vida e a valorização dos camponeses, a defesa da reforma agrária, da soberania alimentar e da agricultura familiar, o fortalecimento das políticas públicas direcionadas à agricultura e aos camponeses, o respeito à diversidade social, econômica, cultural e política, a equidade de gênero e o combate às diversas formas de preconceito, como o racismo, o machismo e a homofobia. Sua criação foi decorrência das lutas protagonizadas por diversos grupos de trabalhadores no campo brasileiro. Em sua estrutura vertical de organização, a CONTAG possui 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAG's), com mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR's) filiados e atua na organização sindical, na politização dos trabalhadores rurais no Brasil e na luta contra a concentração fundiária, a violência no campo e a exploração do trabalho agrícola e rural. A organização pratica várias ações para a formação sindical dos trabalhadores agrícolas, dentre as quais merece ênfase a Política Nacional de Formação, a qual visa estruturar o movimento sindical dos trabalhadores rurais e definir seus principais objetivos e ações. Além disso, anualmente realiza diversos atos políticos, como o Grito da Terra Brasil e a Marcha das Margaridas. A instituição preconiza o desenvolvimento rural sustentável solidário, o qual abrangeria diversos aspectos necessários ao bem-estar da população no campo, como a melhoria da saúde pública e das condições de vida, o aumento da renda *per capita* e do grau de escolarização, entre outros. Assim, a CONTAG pretende conjugar crescimento econômico, preservação ambiental, justiça social e diversidade cultural, de gênero e etnia (COSTA, 1996; WATANABE, 2010; PICOLOTTO, 2018).

na agropecuária – por meio da criação de políticas agrícolas de parceria e cooperação. Ademais, deliberaram pela inclusão dos pequenos produtores agrícolas de suas nações nas políticas promovidas pelo bloco. Não obstante, os representantes do Mercosul desenvolveram medidas para a integração do mercado europeu ao bloco sulamericano. Nesta conjuntura, a formação do Mercosul contribuiu para a disseminação do termo agricultura familiar (NAVARRO, 2010).

No ano de 1993 foram realizados encontros para discussões referentes às organizações agrárias dos países componentes do Mercosul, com a presença de líderes sindicais do setor agropecuário. Em virtude das pressões político-sindicais, a CONTAG participou das discussões pelo lado brasileiro. Desta maneira, suas reivindicações foram, em grande parte, atendidas através da criação do PRONAF em 1996. Por conseguinte, a expressão agricultura familiar se consolidou após a criação do programa estatal mencionado, o qual se enquadra no rol de medidas efetivadas pelo governo brasileiro para a integração da economia nacional ao bloco econômico. Assim, o vocábulo agricultura familiar se propagou nas pautas das políticas estatais e nos estudos científicos no Brasil (NAVARRO, 2010), negligenciando as singularidades de determinados grupos populacionais, uma vez que a definição engloba tanto os agricultores de subsistência e os camponeses, quanto os produtores atrelados à agricultura empresarial familiar, cujas estruturas e organizações produtivas são significativamente diferentes. A princípio, a categoria agricultura familiar abrangeu os pequenos produtores rurais com o objetivo de inseri-los no mercado capitalista e nas políticas de modernização agrícola.

Segundo Navarro (2010), o termo agricultura familiar, em função de suas limitações e de sua heterogeneidade, apresenta diversos problemas e questionamentos, tanto nos estudos relativos ao tema, quanto no tocante ao planejamento estatal. O autor critica a insuficiência teórica da definição atribuída à agricultura familiar, pois compromete as políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares. Nesta esfera, o autor afirma que a discussão conceitual sobre a agricultura familiar precisa ser refinada em termos teórico-metodológicos, pois abrange uma vasta gama de agricultores. Acerca de sua difusão, Oliveira (2007, p. 147) afirma que:

Nascia assim, uma concepção neoliberal para interpretar esta agricultura de pequeno porte, a agricultura familiar. O neoliberalismo invadia desta forma, o mundo da intelectualidade. E, como se isso não bastasse, invadiu também o mundo dos movimentos sindicais e sociais do Brasil. Julgaram os neoliberais do estudo agrário que era preciso tentar sepultar a concepção da agricultura camponesa e com ela os próprios camponeses. Afinal, era preciso no plano teórico e político afastar de vez o velho fantasma da questão camponesa que já assustava os latifundiários brasileiros da UDR – União Democrática Ruralista, e agora assustava também lideranças sindicais e de partidos políticos progressistas e de esquerda.

No excerto em destaque, o geógrafo salienta o caráter neoliberal presente na difusão do termo agricultura familiar, em detrimento da agricultura camponesa, visto que os camponeses e, sobretudo, suas lutas e movimentos, amedrontam as elites brasileiras há tempos. Neste âmbito, vale ressaltar, em consonância com Costa Neto (1998) e Porto-Gonçalves (2006), que o neoliberalismo possui uma base ideológica conservadora, favorecendo os interesses das classes capitalistas dominantes, principalmente por meio de aspectos e processos como a liberdade de mercado e a financeirização da economia. Considerando-se que a ideologia dominante em determinada escala espaço-temporal é a ideologia da classe dominante, pode-se afirmar que a ideologia dominante nos tempos hodiernos é a neoliberal capitalista, a qual, através de sua hegemonia ideológica (GRAMSCI, 1982), propaga seus ideais e visões de mundo por intermédio de diversas estratégias e interpelações ideológicas.

A disseminação e a predominância do uso da expressão agricultura familiar, sobretudo nas políticas públicas, possuem conteúdo ideológico, visto que há expressivas diferenças em relação à agricultura camponesa. De acordo com Wanderley (1996), Altafin (2007), Silva (2007), Marques (2008), Lamarche (2008) e Navarro (2010), o campesinato possui algumas características basilares que não qualificam todos os agricultores familiares, como: a produção destinada ao autoconsumo, a comercialização dos excedentes nos mercados locais, a policultura, a concepção da terra enquanto patrimônio familiar, a pequena dimensão da produção e a preocupação com a conservação ambiental.

Ao promover a generalização de grupos tão heterogêneos, como os camponeses e os agricultores empresariais, seu emprego mascara singularidades e diferenças, minimizando a importância conferida a características como o modo de vida camponês, sua relação com a terra e o meio ambiente, o direcionamento da produção, entre outras.

O Censo Agropecuário de 2006 segmentou os agricultores entre familiares e não familiares (patronais). De acordo com a legislação nacional, agricultor familiar é aquele cuja maioria da renda monetária é oriunda de seu estabelecimento rural, o qual deve possuir no máximo 4 módulos fiscais<sup>4</sup> (cuja área varia de acordo com o município). Além disso, o trabalho predominante deve ser familiar e a direção da propriedade também (NAVARRO, 2010).

---

<sup>4</sup> Segundo a lei nº. 6.746, promulgada em 10 de dezembro de 1979 para a alteração de artigos do Estatuto da Terra elaborado em 1964, o módulo fiscal é a dimensão mínima de uma propriedade para que sua exploração econômica seja viável. Seu valor é mensurado em hectares e determinado a partir de alguns critérios, variando conforme as características de cada município. Os parâmetros utilizados para determinação do módulo fiscal são o tipo de exploração fundiária predominante em cada município (a qual é classificada em hortifrutigranjeira, cultura temporária, cultura permanente, florestal ou pecuária), a renda monetária oriunda das atividades desenvolvidas na terra, assim como atividades secundárias desempenhadas no solo, as quais devem ter importância em virtude da dimensão da área ocupada ou da renda auferida (BRASIL, 1979).

Neste âmbito, Silva (2007) e Navarro (2010) advogam que o critério governamental de divisão da agricultura em familiar e patronal é problemático, pois utiliza como parâmetros apenas as questões do trabalho e da direção familiar da propriedade. Em consonância com os autores, Marques (2008) afirma que na agricultura familiar prevalece o trabalho familiar, enquanto na agricultura patronal, predomina a mão de obra assalariada e a dissociação total entre gestão e trabalho. Caume (2009) e Navarro (2010) corroboram o interesse político na homogeneização da agricultura familiar, uma vez que segundo os parâmetros da legislação brasileira, a expressão engloba um grupo muito heterogêneo de agricultores. No tocante ao assunto, Navarro (2010) afirma que o IBGE apenas nomeou os agricultores patronais de não familiares. Neste sentido, o agrupamento de um vasto conjunto de agricultores no bojo da agricultura familiar, desconsiderando suas singularidades, possui como intuítos a criação de um conceito de caráter operacional destinado à implantação de políticas públicas e a ampliação do acesso aos fundos, benefícios e financiamentos estatais, como o PRONAF.

Caume (2009) reconhece os limites da classificação dos imóveis agrícolas do país em familiares e patronais. Todavia, apesar da ressalva, enaltece a divisão elaborada: “Mas considero que essa construção constitui uma expressão importante da diversidade social presente entre os produtores agropecuários e um modo de conferir ordenamento, inteligibilidade ao real” (CAUME, 2009, p. 31). A divisão dos agricultores brasileiros em familiares e patronais insere uma grande diversidade social de agricultores na categoria agricultura familiar, esquecendo-se de importantes peculiaridades de cada grupo contido nesta tipologia. Nesta perspectiva, Hernández (1994) critica o emprego da categoria agricultura familiar, em virtude da vasta gama de grupos populacionais que engloba. Todavia, a categoria camponato, empregada por inúmeros autores, também abrange diversos grupos humanos, como os indígenas, os quilombolas e as populações ribeirinhas, os quais possuem inúmeras singularidades (BOMBARDI, 2003; CARVALHO, 2005; DESMARAIS, 2013). Destarte, é necessário abordar algumas das principais características presentes nas definições de agricultura camponesa, de modo a evidenciar as expressivas diferenças existentes entre esta categoria e outras, como agricultura familiar e pequena produção agrícola.

## **Principais características da agricultura camponesa**

Segundo Chayanov (1974; 2014), Schejtman (1980), Marx (1984; 2008a) e Hernández (1994), a agricultura camponesa direciona sua produção ao autoconsumo, produzindo valor de uso. No entanto, possui um lado mercantil, pois comercializa seus excedentes para a aquisição de gêneros não cultivados em suas terras e de bens necessários à subsistência do grupo familiar. Em contrapartida, a agricultura empresarial produz valor de troca, destinando sua produção à venda. Essa distinção é importante, pois enquanto os camponeses cultivam preferencialmente para autoconsumo, os agricultores empresariais produzem visando o comércio e a obtenção de lucros com a venda dos gêneros alimentícios, compreendidos enquanto mercadorias pelos capitalistas. Por conseguinte, o emprego da expressão agricultura familiar para designar quaisquer tipos de produção administradas por um grupo familiar é ideológico, pois escamoteia as relações sociais de produção e as forças produtivas envolvidas no processo produtivo (MARX; ENGELS, 2007).

Em alguns momentos de sua obra, Chayanov (1974; 2014) – ao estudar as unidades camponesas de produção – utiliza os termos agricultura camponesa e agricultura familiar com o mesmo significado, desconsiderando as singularidades contidas em cada designação. Com relação ao assunto, Wanderley (1996), Bombardi (2003), Altafin (2007) e Lamarche (2008) mostram que existem expressivas dessemelhanças entre agricultura familiar e agricultura camponesa, defendendo que a utilização de ambos os termos enquanto sinônimos é dotada de caráter ideológico, pois mascara a luta política dos camponeses contra o latifundiarismo e a submissão/integração da agricultura ao capitalismo.

Ao abordar a mercadoria e os fenômenos intrínsecos a ela, é necessário discutir a definição de valor de troca, cuja determinação acontece em função do tempo de trabalho, ou seja, pelo tempo necessário à produção de dada mercadoria. Por conseguinte, de maneira geral, quanto maior o tempo gasto para a produção de um objeto, maior o seu valor<sup>5</sup>. Neste processo, o aspecto qualitativo do trabalho é homogeneizado e as mercadorias são diferenciadas apenas pela quantidade de trabalho demandada para sua produção. A totalidade do processo de trabalho e suas relações, frequentemente exploratórias, são esquecidas (MARX, 1984; 2008a; 2011).

---

<sup>5</sup> No entanto, há situações em que determinadas mercadorias possuem um valor maior em virtude de sua raridade. Nesses casos, seus proprietários auferem renda de monopólio, pois os consumidores pagam elevadas cifras para comprar bens ou adquirir serviços. Esse tipo de renda existe porque grupos de pessoas se dispõem a obtê-las mediante o pagamento de vultosas quantias. O monopólio de algumas corporações sobre a produção de certas mercadorias, bem como a existência de solos de grande fertilidade ou excelente localização, como as regiões vinícolas, promovem a extração de renda de monopólio (MARX, 1983; OLIVEIRA, 2007; HARVEY, 2013).



Um objeto é valor de uso para seu produtor quando é usado em prol da satisfação de suas próprias necessidades e das demandas do grupo familiar. No caso dos agricultores cuja produção está direcionada ao autoconsumo, os víveres cultivados não são mercadorias, mas valores de uso. Destarte, na ótica chayanoviana, o campesinato se enquadra neste grupo, pois a finalidade basilar do trabalho camponês é o autoconsumo. Segundo Hernández (1994), a opção do camponês de cultivar gêneros mais necessários ao consumo familiar, em detrimento de víveres que gerariam maiores rendimentos, ratifica o direcionamento da produção camponesa ao autoconsumo. Não obstante, quando determinada produção é realizada intentando a troca, não constitui valor de uso para seu produtor, mas valor de troca, isto é, uma mercadoria usada como meio de troca e com tal finalidade. Nestas situações, de acordo com Chayanov (1974; 2014), os agricultores possuem cunho empresarial, pois direcionam sua produção à venda, não ao autoconsumo. Um dos problemas presentes na conceituação estatal brasileira de agricultura familiar é a reunião dos dois tipos de agricultores discutidos - produtores de valores de uso e de valores de troca - na mesma definição.

Portanto, a duplicidade de valor das mercadorias é um elemento fundamental à compreensão das dessemelhanças entre agricultura camponesa e empresarial, uma vez que o valor de uso e o valor de troca são de naturezas distintas e as formas de produzi-los também se diferenciam. No tocante ao assunto, Marx (2008b, p. 65) afirma que: “A capacidade que têm todos os produtos, naturais ou industriais, de prover a subsistência do homem, particularmente chama-se de *valor de uso ou de utilidade*; a capacidade de serem trocados um pelo outro, *valor de troca*”. Aliando as discussões de Chayanov (1974; 2014) à construção teórica de Marx (1984; 2008a) sobre a mercadoria, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é produtora de valores de uso, os quais são meios de existência que só se tornam reais no ato de consumo. Acerca do assunto, Marx (2008a, p. 54) explica que:

Os diferentes valores de uso são, ademais, os produtos da atividade de distintos indivíduos; quer dizer, o resultado de trabalhos que diferem individualmente. Como valores de troca, não obstante, representam trabalho homogêneo não diferenciado, isto é, trabalho no qual desaparece a individualidade dos trabalhadores. O trabalho que cria valor de troca é, pois, trabalho geral-abstrato.

Ao adquirir um produto e consumi-lo, o indivíduo não se preocupa com as relações sociais de produção e trabalho que o formaram, mas com seu valor de troca. Assim, a exploração existente no processo de produção de mercadorias é ocultada, pois o consumidor se interessa apenas pela quantidade de dinheiro – forma equivalente geral da mercadoria – utilizada na

aquisição de determinado produto, preocupando-se exclusivamente com seu valor de troca (KAUTSKY, 1980; MARX, 1984; 2008a).

Kautsky (1980) discerne a produção simples da produção capitalista de mercadorias. Para o filósofo, a primeira possui como aspectos o trabalho livre e o produtor como proprietário dos meios de produção. Nesta situação, o dono dos meios de produção e o trabalhador são a mesma pessoa. Portanto, não há trabalho assalariado, caracterizando os imóveis camponeses, cujos gêneros produzidos são oriundos do trabalho do grupo familiar. Acerca desta discussão, o pensamento de Chayanov (1974) é semelhante ao de Kautsky (1980), pois o economista afirma que embora o camponês produza mercadorias, não é um capitalista, já que não explora o trabalho assalariado, tampouco almeja a extração de mais-valia. Todavia, com a venda de parcela dos víveres produzidos nos mercados, há a extração de excedentes e da mais-valia dos camponeses pelos capitalistas (HERNÁNDEZ, 1994).

Quando o camponês perde a posse sobre os meios de produção (no caso, a terra) e se torna proletário, a produção simples de mercadorias se torna uma produção capitalista. Neste momento, há o advento da oposição entre o capitalista proprietário dos meios produtivos e o trabalhador assalariado. Ocorre também a dissociação entre o proprietário dos meios de produção e o trabalhador. Para o capitalista que detém os meios de produção e explora o trabalho de outrem, a produção das mercadorias lhe custa dinheiro, enquanto para o camponês, a produção gera um gasto de trabalho (CHAYANOV, 1974).

Apesar de a agricultura e a pecuária corresponderem às principais atividades econômicas das unidades camponesas, o campesinato pode eventualmente recorrer ao artesanato ou à manufatura para ampliar os dividendos familiares. O camponês depende da conservação da terra para sua sobrevivência, pois ela é o seu meio de produção. Assim, os camponeses conservam suas terras, almejando o lucro em longo prazo, enquanto os capitalistas ambicionam a rápida obtenção de lucros, em detrimento da conservação e da manutenção da fertilidade dos solos (CHAYANOV, 1974; WOORTMANN, 2009). Cabe frisar que o movimento agroecológico constituiu uma interessante alternativa à população camponesa, uma vez que visa conciliar o aumento da produtividade agrícola e a produção de excedentes à manutenção de fertilidade do solo e à autonomia dos camponeses (ALTIERI, 2005).

Ademais, Chayanov (1974; 2014) mostra o estreito vínculo entre a produtividade da unidade agrícola e a carga de trabalho executada pela família, pois nas unidades camponesas, a

gestão e o trabalho do imóvel<sup>6</sup> agrícola são preponderantemente familiares. Como a agricultura camponesa é baseada na mão de obra familiar, depende de sua capacidade de trabalho e de produção, ou seja, do número de indivíduos aptos ao trabalho e da condição física dos mesmos. De modo contraditório, apesar de um elevado número de membros familiares ampliar a força de trabalho do estabelecimento camponês, promove também o aumento das despesas e da demanda familiar por alimentos e gêneros de primeira urgência (FAVARETO, 2006).

Desta maneira, as necessidades familiares ditam ou deveriam determinar a produtividade da agricultura camponesa. Assim, conforme há o aumento do núcleo familiar ou de suas necessidades, a produção da lavoura também é ampliada. Neste âmbito, Schejtman (1980), Tepicht (1984) e Woortmann (2009) salientam a importância de sujeitos desvalorizados na lógica capitalista de produção, como as mulheres, as crianças e os idosos, no trabalho exercido nas unidades agrícolas camponesas. Apesar da importância da valorização de todos os integrantes do núcleo familiar, frequentemente a mão de obra infantil e idosa é empregada pela ausência de recursos financeiros da família, comprometendo sua saúde física e mental, assim como diversos direitos assegurados às crianças. Em áreas rurais, é usual a utilização de infantes e idosos nas atividades produtivas, especialmente em funções que demandam menor aptidão física, tentando a ampliação da produtividade agrícola.

Na visão de Kautsky (1980) e Violante (2014), os camponeses compreendem que os filhos representam um aumento da força de trabalho disponível para o trabalho agrícola. Desta maneira, no intuito de equilibrar a relação entre consumo e produção, a família frequentemente intensifica sua carga de trabalho. Assim, o trabalho camponês é determinado pela composição e pelo tamanho da família (CHAYANOV, 1974; 2014; VIOLANTE, 2014). Percebe-se que Chayanov (1974; 2014) constrói seu estudo sobre a economia camponesa alicerçado em sua estrutura populacional e sua dinâmica demográfica. Para o autor, a densidade populacional e as migrações atuam diretamente sobre a manutenção das unidades agrícolas camponesas.

Ao aludir à diferenciação demográfica do campesinato, Chayanov (1974; 2014) defende que a produção camponesa é influenciada pelas variações demográficas (por exemplo, o crescimento da população rural) e pela dimensão das terras (VIOLANTE, 2014). A ênfase desmedida conferida pelo autor aos vínculos entre o número de componentes do núcleo familiar

---

<sup>6</sup> Neste estudo, os termos estabelecimento agrícola e imóvel agrícola, assim como estabelecimento rural e imóvel rural, serão utilizados como sinônimos, embora alguns autores, como Graziano da Silva e Queda (1977), esclareçam que imóvel rural é uma expressão utilizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para designar uma unidade de posse ou propriedade, enquanto estabelecimento rural é uma nomenclatura empregada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos Censos Agropecuários para nomear uma unidade administrativa de produção na qual há exploração agropecuária.

e a produção agrícola merece ressalvas, pois desconsidera aspectos importantes, como a diferenciação social, abordada por Lênin (1977). Neste âmbito, Hernández (1994) também tece uma crítica ao realce dado pela obra chayanoviana (1974; 2014) à questão demográfica, apontando que ao enfatizar variáveis demográficas, diversas características antropológicas dos camponeses, como suas singularidades socioculturais e seus padrões culturais, são esquecidas.

Em consonância com Chayanov (1974), Macfarlane (1989) advoga que o modelo camponês de produção se opõe à tese malthusiana sobre o crescimento populacional, pois nos imóveis camponeses, o aumento da família incide na ampliação da mão de obra e, por conseguinte, no crescimento da produção e do consumo. Malthus (1983) afirmava que o desmedido crescimento populacional reverberaria em fome, pois a produção alimentícia não seria capaz de acompanhar o crescimento populacional. Contudo, sua asserção não é apropriada para os estabelecimentos camponeses, onde há uma simbiose entre produção agropecuária e reprodução familiar.

Os dizeres de Costa Neto (1998) sobre o tema se articulam às palavras de Chayanov (1974; 2014), uma vez que os capitalistas engendram estratégias para a promoção do aumento da produtividade agrícola. Em momentos de crise, como por exemplo, em períodos de estagnação dos preços dos víveres agrícolas, o agricultor familiar intensifica sua jornada de trabalho, a fim de obter maior produtividade e, por conseguinte, ampliar suas receitas (COSTA NETO, 1998). Todavia, Chayanov (2014) argumenta que o trabalho camponês possui um limite máximo, o qual corresponde ao momento em que ele adquire o dinheiro necessário à aquisição de todos os bens necessários ao núcleo familiar. A jornada de trabalho efetuada pelo campesinato possui limites, pois conforme afirmam Schejtman (1980) e Ploeg (2009), seu trabalho é intenso e frequentemente não ultrapassa o perímetro de suas terras. Além disso, em determinadas épocas do ano, o dispêndio de trabalho é maior em comparação aos períodos de menor demanda de mão de obra. Assim, o modo de vida camponês contradiz o princípio de acumulação infinita de capital preconizado pelos capitalistas, uma vez que o bem-estar do grupo familiar é mais importante que a maximização dos lucros.

O estabelecimento camponês mescla produção e consumo, pois quem produz também consome os víveres cultivados. Nos estabelecimentos camponeses, frequentemente há o consumo produtivo (MARX, 2011), processo em que o consumo também é produção. Neste contexto, é comum que os grupos camponeses utilizem as sobras dos víveres consumidos na produção, principalmente em atividades como adubação, compostagem, alimentação de rebanhos e/ou outras técnicas adaptadas aos ciclos de reprodução natural das espécies.

Marx (2011), ao abordar a produção, promove uma visão da totalidade do processo produtivo, mostrando que toda produção é sempre um ato de consumo e vice-versa. Para o autor, a produção consumptiva é aquela produção na qual também há consumo. Na produção agrícola, há o consumo de diversos elementos, como os instrumentos de trabalho e produção, a força de trabalho, os fertilizantes químicos e os pesticidas, entre outros insumos (MARX, 2011). Portanto, na atividade agrária, produção e consumo são processos indissociáveis.

Segundo Chayanov (1974; 2014), não há assalariados nos imóveis camponeses, pois são unidades que visam principalmente o autoconsumo. Em sua ótica, as propriedades camponesas são caracterizadas pela administração e pelo trabalho familiares e não possuem caráter capitalista, embora se relacionem com o capital em algumas ocasiões, como por intermédio da fundação de cooperativas coletivas. Independentemente de não serem capitalistas, os camponeses podem empregar novas técnicas e/ou tecnologias de produção em suas lavouras.

O autor afirma que mesmo com o avanço do capitalismo, formas de produção camponesas prosseguiriam existindo, a despeito das transformações das forças produtivas, visto que muitos teóricos, como Lênin (1977; 1980), Mendras (1978) e Kautsky (1980), difundiram que os camponeses seriam gradativamente reduzidos e/ou extintos com a integração entre indústria e agricultura. Nos tempos hodiernos, as teorias de Chayanov (1974; 2014) ainda não foram desmentidas, pois conforme pronunciam Bombardi (2003), Shanin (2005) e Wanderley (1996; 2014), os grupos camponeses resistiram à introdução do capitalismo na agricultura por meio de movimentos sociais de luta – como as Ligas Camponesas e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e da preservação de características camponesas, como: a preocupação com o meio ambiente, a manutenção da terra como patrimônio familiar, a preservação dos laços de parentesco e vizinhança, o uso da mão de obra familiar, a autonomia no processo de produção, a preferência pelo cultivo de sementes crioulas e a combinação entre policultura e pecuária nos imóveis agrícolas.

Para Chayanov, a agricultura camponesa coexiste e se articula com o capital financeiro-industrial. Neste sentido, os camponeses mantêm algumas de suas principais características, dentre as quais merecem realce a concepção da terra como patrimônio familiar, a preocupação com a reprodução da terra e da família e a relação harmônica com o meio ambiente (CHAYANOV, 1974). Acerca do tema, Schejtman (1980) e Woortmann (2009) enunciam que a economia camponesa abrange o ramo da agropecuária cujo objetivo é a reprodução das condições de vida e de trabalho dos produtores, isto é, da própria unidade produtiva.

Ressalva-se que na visão chayanoviana, os camponeses compõem um grupo que não possui integração completa ao mercado. Contudo, isso não significa dizer que a agricultura camponesa não possua nenhuma relação mercantil. As próprias trocas estabelecidas entre os camponeses vizinhos com o excedente<sup>7</sup> da produção já constituem um exemplo de relação mercantil. Portanto, quase sempre sua integração ao mercado é parcial, pois utiliza parte da produção para o autoconsumo, vendendo somente o excedente agrícola (CHAYANOV, 1974; TEPICHT, 1984). Conforme explica Schejtman (1980), os camponeses também adquirem alguns insumos para a produção ou gêneros para o consumo direto. Com relação ao assunto, Guzmán e Molina (2013) afirmam que o campesinato possui relações com o mercado. No entanto, mantém uma estrutura rural de produção, preservando a identidade camponesa, o apego à terra, entre outras características típicas do grupo.

No modo de vida camponês, a dicotomia homem/natureza, característica da sociedade urbano-industrial capitalista (WOORTMANN, 2009; MOREIRA, 2011), não existe, pois o campesinato se enxerga amalgamado à natureza, sobretudo à terra. Nesta esfera, Chayanov (1974; 2014) considera que categorias típicas da economia política, como a renda, o capital e o lucro, não promovem a compreensão da economia camponesa, tampouco de seus estabelecimentos, devido à inexistência de trabalho assalariado. Essa é uma das características que distinguem os camponeses dos agricultores empresariais. Além disso, o campesinato almeja a autonomia e a independência em relação ao mercado. Em consonância com Chayanov (2014), Lefebvre (2011) afirma que a administração camponesa é autônoma ou quase autônoma.

Caume (2009) sublinha a diminuta inserção da agricultura camponesa na lógica e nas relações mercantis tipicamente capitalistas. Em geral, sua produção é caracterizada por sistemas policulturais direcionados ao autoconsumo da família, assegurando a autonomia alimentar. Para o autor, a essência da economia camponesa não está na quantidade da produção voltada ao comércio ou ao autoconsumo, mas no objetivo de satisfazer primordialmente as necessidades básicas dos camponeses.

Ploeg (2009) afirma que durante os momentos de crise, os agricultores capitalistas e/ou empresariais tendem a suspender suas produções e investir em outros setores. De modo dessemelhante, numa conjuntura de recessão econômica, os camponeses procuram, a todo custo, aumentar a produção. Neste intuito, realizam medidas para a ampliação da quantidade e da qualidade de seu trabalho. Todavia, não são somente os camponeses que adotam tal postura,

---

<sup>7</sup> O excedente não consiste em uma sobra espontânea de produção, mas é produzido para satisfazer às necessidades específicas do grupo familiar. Por intermédio da troca, possibilita a obtenção de gêneros não produzidos nas terras camponesas e/ou de mercadorias oriundas do setor urbano-industrial.

pois os agricultores familiares vinculados ao mercado também alargam suas jornadas de trabalho e elevam a produtividade de suas lavouras nos momentos de colapso da economia (COSTA NETO, 1998; VILAS BOAS, 2016).

Por conseguinte, é válida uma ressalva à argumentação de Ploeg (2009), visto que nem todos os agricultores de cunho empresarial abandonam a produção agrícola em períodos de recessão. Muitos agricultores familiares, mesmo aqueles com notável integração em relação ao mercado, são profundamente afetados pelos momentos de crise, restando-lhes como única alternativa a elevação da produtividade agrícola e a intensificação das jornadas de trabalho, isto é, o aumento da carga de trabalho do núcleo familiar.

De acordo com Wanderley (1996), a agricultura camponesa visa garantir o sustento imediato da família e sua reprodução. Neste sentido, a autora disserta que o campesinato possui cultura própria e direciona suas ações às necessidades do grupo, não às ambições individuais, como ocorre nas produções capitalistas. Neste sentido, o maior patrimônio transmitido pelo camponês aos seus herdeiros não é a terra, mas seu modo de vida.

Ademais, Lefebvre (2011) salienta a disciplina da organização da vida e da sociedade agropastoril entre os componentes deste grupo, assim como a incipiência da divisão de poderes. Ainda que existam hierarquias familiares e comunitárias nas sociedades camponesas, tais estruturas de poder não correspondem às categorias de poder típicas do Estado moderno, as quais estão intimamente associadas ao poder político e econômico e se estabelecem por meio da dominação e da coerção, estruturando-se de maneira burocrática. A tradição hereditária e o empenho em prol da manutenção de seus costumes também são muito importantes entre os camponeses.

Para Shanin (2005), o campesinato não constitui um modo de produção, pois não possui uma estrutura político-econômica autossuficiente. Neste sentido, constrói uma crítica aos autores que consideram os camponeses como um modo de produção particular. Dentre os estudiosos que acreditam na existência de um modo de produção camponês, destacam-se Chayanov (1974; 2014) e Tepicht (1984), os quais julgam a economia camponesa um modo de produção devido às suas singularidades, sobretudo no tocante às relações de trabalho e de produção desenvolvidas (VIOLANTE, 2014). Ao afirmar que o campesinato não possui um modo de produção próprio, Shanin (2005) fundamenta sua argumentação no conceito de modo de produção elaborado por Marx, o qual enuncia que:

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O

modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008a, p. 47).

Para Marx (2008a), o modo de produção deve ter uma estrutura econômica própria – composta por forças produtivas e relações de produção particulares – e possuir estatuto jurídico-político e ideologias exclusivas. Assim, em consonância com o ponto de vista de Shanin (2005), considera-se que o campesinato não pode ser avaliado como um modo de produção, pois não possui as características elencadas. No tocante ao assunto, Hernández (1994) afirma que não há um modo de produção particular deste grupo, mas um modo de vida camponês.

No entanto, alguns grupos camponeses, como os quilombolas e os indígenas, possuem concomitantemente seus próprios modos de produção e de vida, constituindo enclaves dentro do modo de produção dominante no país. Em virtude disso, ainda possuem direitos territoriais assegurados pela Constituição nacional, os quais vêm sendo severamente ameaçados durante os últimos governos. Assim sendo, políticas públicas instituídas pelo Estado capitalista, como o PRONAF no Brasil, buscam inseri-los e subordiná-los ao modo de produção hegemônico.

Ao interpelar seus descendentes por meio de seu modo de vida, os camponeses almejam a perpetuação da ego-ideologia camponesa. Segundo Therborn (1991), a luta ideológica também acontece pela busca de afirmação de uma determinada subjetividade. Deste modo, a identidade é socialmente construída por meio de processos como as interpelações. Portanto, pode-se dizer que há uma luta ideológica camponesa pela manutenção de sua identidade, de seu modo de vida e de sua visão social de mundo (LÖWY, 1991).

Assim sendo, esta forma de agricultura visa a reprodução das famílias e o atendimento às necessidades dos camponeses. Devido a isso, conforme argumentam Chayanov (1974; 2014) e Wanderley (1996), discerne da racionalidade mercantil da agricultura empresarial, a qual é pautada no assalariamento e na busca incessante pelo lucro e sua ampliação. Para Wanderley (1996), a agricultura camponesa – caracterizada pela pluriatividade e pela multifuncionalidade do espaço produtivo – geralmente possui pequena escala e escassos recursos financeiros.

Diferentemente da agricultura empresarial, a produção camponesa é baseada no capital ecológico, atrelado à conservação da natureza, sobretudo a viva, enquanto a agricultura empresarial tende à degradação da natureza. A agricultura camponesa é autossuficiente, pois não adquire seus insumos no mercado, mas no capital ecológico<sup>8</sup>, isto é, na natureza. Seu

---

<sup>8</sup> O capital ecológico é caracterizado pelos recursos naturais empregados, isto é, pelos elementos e condições ambientais imperiosos ao processo produtivo agrícola que não são adquiridos no mercado. Portanto, contrapõe-se



contato com o mercado só ocorre na venda final do produto. Sua força de trabalho geralmente é abundante, enquanto os meios de trabalho, como a terra, são diminutos. Por isso, em geral, a agricultura camponesa é intensiva, produzindo maior quantidade de víveres por porção de terra em comparação à empresarial e à capitalista (PLOEG, 2009). Ao enaltecer a autossuficiência da produção camponesa, Ploeg (2009) contradiz as palavras de Schejtman (1980), o qual defende que os camponeses adquirem alguns insumos para a produção no mercado.

Para Mendras (1978), as sociedades rurais se extinguiriam no momento em que os camponeses fossem integrados ao mercado e convertidos em agricultores dotados de relações mercantis. Discorrendo sobre a questão agrária brasileira, Graziano da Silva (1982) afirma que com a modernidade e o processo de modernização do campo, os camponeses gradativamente sumiriam, pois haveria a supressão de suas formas de produção, incidindo na degradação de seus modos de vida. Sob a égide do capitalismo agrário, a submissão da agricultura à indústria reverberaria no fim dos camponeses, pois com a crescente integração ao mercado, os aspectos que outrora os caracterizavam como camponeses desapareceriam e eles se metamorfoseariam em agricultores familiares (LÊNIN, 1977; GRAZIANO DA SILVA, 1982).

Devido aos baixos rendimentos obtidos com as lavouras, o trabalho externo é, em geral, muito necessário aos camponeses, pois as receitas extras garantem a reprodução e a manutenção da propriedade familiar (WANDERLEY, 1996). Desta maneira, os capitalistas se aproveitam da necessidade de subsistência do camponês para explorar mais a sua força de trabalho. No momento em que o camponês precisa de outro trabalho para ampliar suas receitas financeiras, já há nítidos indícios de proletarização rural, pois ele vende sua força de trabalho em troca de um salário, processo no qual há a extração de mais-valia e a exploração de sua mão de obra.

### **Agricultura camponesa, trabalho acessório e pluriatividade**

Como a agricultura demanda menor quantidade de mão de obra em determinados períodos, o camponês procura um trabalho acessório. Conforme é ampliada sua necessidade de rendimentos, o trabalho acessório é priorizado, em detrimento do expediente em sua própria lavoura. A respeito do tema, Guimarães (1982, p. 266) argumenta que:

---

ao uso de insumos industriais na agricultura. No tocante ao assunto, sublinha-se que a agricultura camponesa busca a melhoria, a reprodução e o aumento do capital ecológico (PLOEG, 2009).

É pelo trabalho acessório ou parcelário a que os camponeses recorrem para complemento de suas escassas rendas que a grande massa dos cultivadores, arruinados tanto pelo atraso quanto pelo processo de industrialização da agricultura, dá os primeiros passos para sua proletarização, isto é, para desligar-se gradativamente da posse dos meios de produção.

Em consonância com Kautsky (1980), Guimarães (1982) e Oliveira (2007) afirmam que o trabalho acessório impele os camponeses à proletarização. Entretanto, em alguns casos, pode auxiliar o campesinato a manter a posse da terra em tempos de crise, não representando uma situação permanente de proletarização. O trabalho acessório mais acessível ao camponês é o agrícola assalariado. Contudo, tal circunstância gera um impasse. Como a época de colheita, período de maior necessidade de mão de obra, é a mesma nas grandes e pequenas propriedades, o camponês se vê obrigado a optar entre o trabalho em suas terras ou o trabalho como assalariado nas grandes fazendas. Nesse dilema, em geral, prefere o assalariamento nas grandes propriedades, incumbindo esposa e filhos do trabalho em suas terras (KAUTSKY, 1980).

O trabalho de campo foi realizado no município de Nepomuceno, situado na região de planejamento Sul de Minas Gerais, entre março de 2016 e março de 2019. Sua localização propicia a extração de renda da terra diferencial I, a qual decorre da localização e/ou da fertilidade natural dos solos, uma vez que Nepomuceno está próximo à Rodovia Fernão Dias, importante via que conecta os estados de Minas Gerais e São Paulo. Ademais, os solos do município são conhecidos por sua elevada fertilidade natural. A cafeicultura – praticada com base na monocultura – se destaca em âmbito municipal desde o começo do século XX, período em que muitos imigrantes italianos foram atraídos para o trabalho nos cafezais (VILAS BOAS, 2016).

. É importante sublinhar que a agricultura e, especialmente a cafeicultura, possuem grande relevância para a economia nepomucenense, movimentando o comércio local, sobretudo durante o período de colheita. Em Nepomuceno, os agricultores aguardam o término da apanha do seu café para trabalharem, com carteira assinada e vínculo contratual de trabalho, em propriedades de médio e grande porte. Como dependem da monocultura cafeeira, o trabalho acessório constitui uma forma de ampliar os rendimentos mensais da família. Coulis (2011) mostra que no sul de Minas Gerais, é comum que os cafeicultores tenham outras ocupações trabalhistas, tanto no campo, quanto na cidade, intentando o aumento de sua renda monetária. Acerca do assunto, Kautsky (1980) explica que o trabalho acessório é procurado quando há a redução da carga de trabalho do agricultor em suas próprias terras e que formas urbano-industriais e agrícolas de trabalho acessório podem coexistir. Em Nepomuceno, existem agricultores que trabalham ao longo do ano em empregos urbano-industriais e, durante a época

da apanha, também labutam em outros imóveis agrícolas. Nestes meses em que participa da colheita cafeeira em propriedades de outrem, sua jornada de trabalho se torna tripla, uma vez que trabalha em seu imóvel rural, em terras que não lhe pertencem e na cidade, na indústria ou no setor terciário.

De acordo com Kautsky (1980), o capitalismo subordina o campo à grande indústria, a qual exerce as funções de mercado consumidor e fornecedora de insumos. Todavia, tal situação não reverbera na desintegração completa da classe camponesa, a qual se pauperiza, mas sobrevive, em alguns casos, com a geração de rendas acessórias que ampliem a renda auferida na terra. É possível correlacionar a teoria do trabalho acessório elaborada por Kautsky (1980) às discussões relativas à pluriatividade efetuadas por autores como Marsden (1992), Carneiro (1998) e Schneider (2003). Kautsky (1980) enuncia que o trabalho acessório constitui um recurso dos camponeses nos momentos de crise financeira, sobretudo após a incorporação da agricultura pelo modo de produção capitalista, elevando as receitas mensais, principalmente por meio do trabalho assalariado na agricultura e/ou na indústria. De modo semelhante a Kautsky (1980), Marsden (1992) argumenta que as famílias procuram fontes de renda externas aos seus imóveis devido à concorrência e à competição capitalistas, as quais constituem um empecilho à subsistência da família por meio somente da agricultura.

Neste âmbito, o fato de a pluriatividade ser um estratagema formulado pelos agricultores para a ampliação da renda familiar e a sobrevivência nos períodos de crise, bem como o de ser composta por atividades complementares, são elementos que possibilitam uma aproximação, apesar de suas diferenças, entre as noções de trabalho acessório e de pluriatividade. No entanto, Schneider (2003) adverte que a pluriatividade requer a realização de atividades não agrícolas dentro ou fora das propriedades familiares, diferentemente do trabalho acessório, o qual pode ser efetivado através do trabalho assalariado agrícola nos imóveis de outrem (KAUTSKY, 1980). Além disso, a pluriatividade é constitutiva da agricultura camponesa, enquanto o trabalho acessório pode levar à proletarianização do campesinato.

De acordo com Carneiro (1998), a pluriatividade é caracterizada pela combinação da agricultura com outras atividades econômicas complementares ou suplementares praticadas por um ou mais integrantes do núcleo familiar. A autora, assim como Marsden (1992), concebe a pluriatividade como um fenômeno permanente, o qual se configura como condição de reprodução social e de sobrevivência de pequenos agricultores. Carneiro (1998) esclarece que a pluriatividade não é algo recente, pois os pequenos agricultores sempre recorreram a formas acessórias de obtenção de dividendos.

Para a compreensão da pluriatividade, é preciso conhecer o significado de seu oposto, a monoatividade, a qual acontece quando a família ocupa todo o tempo disponível com apenas uma atividade econômica. Ademais, a agricultura sempre deve ser uma das atividades desenvolvidas por uma unidade agrícola pautada na pluriatividade. No entanto, não necessita ser a atividade de maior importância no rol das ocupações desempenhadas (SCHNEIDER, 2003).

A pluriatividade é uma contradição decorrente da evolução técnica da agricultura, pois a mecanização agrícola transforma a agricultura numa atividade que demanda menor quantidade de mão de obra. Assim, alguns membros do grupo familiar ficam disponíveis para o trabalho externo ao estabelecimento agrícola, propiciando a obtenção de formas complementares de renda monetária. A diversidade de atividades não agrícolas exercidas pelos agricultores demonstra sua capacidade de adaptação a distintos contextos, bem como a flexibilidade da pluriatividade (CARNEIRO, 1998). Entretanto, apesar de a pluriatividade possibilitar o aumento dos rendimentos dos grupos camponeses, pode direcioná-los à proletarianização, uma vez que os insere no trabalho assalariado, reverberando na exploração de sua mão de obra e de sua mais-valia. Não obstante, trabalhando em dois locais distintos, sua carga de trabalho diária provavelmente será ampliada, impactando diretamente sua saúde. Com uma visão semelhante, Werlang e Mendes (2016) afirmam que a subordinação da agricultura ao capitalismo, por meio da pluriatividade e da integração ao setor industrial, incide na proletarianização do campesinato e na precarização de suas condições de trabalho.

Marsden (1992) salienta que houve expressivo crescimento da pluriatividade a partir do decênio de 1970, em decorrência da reestruturação capitalista da agricultura, uma das consequências da Crise do Petróleo. O estrondoso aumento do preço dos barris de petróleo no mercado internacional foi consequência da Guerra do Yon Kippur travada em 1973, na qual os países ocidentais apoiaram Israel na batalha contra algumas nações árabes, como Síria e Egito. Como retaliação à ofensiva ocidental, muitos países árabes integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) interromperam a comercialização do hidrocarboneto para diversas potências mundiais, reverberando na quebra de várias bolsas de valores e numa recessão econômica de proporções mundiais (HARVEY, 2011). No tocante ao assunto, Carneiro (1998) argumenta que a pluriatividade constitui uma alternativa em relação à agricultura produtivista, típica do modo de produção capitalista. A autora defende que o retorno à economia polivalente promoveu a diversificação das atividades executadas pelos agricultores, facilitando a permanência e a sobrevivência das sociedades agrárias.

A policultura camponesa, a qual também envolve atividades não agrícolas, como as funções de pedreiro (a), costureiro (a), padeiro (a), entre outras baseadas no trabalho familiar, também consiste em uma forma de pluriatividade. Contudo, no contexto da agricultura familiar, compreende-se a pluriatividade como o exercício de várias atividades remuneradas para a geração de renda monetária e a facilitação da inserção em vários mercados. Portanto, trata-se de uma visão desenvolvimentista acerca do trabalho agrícola. No entanto, os agricultores familiares utilizam a pluriatividade como estratégia para a manutenção da terra e do patrimônio familiar e para a melhoria da qualidade de vida familiar, não como um meio para a ampliação dos lucros ou formação de riquezas individuais. Muitos filhos de agricultores trabalham na cidade e enviam parte de suas remunerações para o sustento dos parentes no campo, com a perspectiva de regressarem algum dia. Desta maneira, a pluriatividade visa a reprodução do grupo familiar e a permanência na (da) terra.

Corroborando a importância da pluriatividade no panorama agrário brasileiro, Graziano da Silva (2001) narra que a partir do decênio de 1990, a migração campo-cidade apresentou expressiva redução no país, com a manutenção da população rural em níveis equilibrados. Em contrapartida, o êxodo agrícola foi intenso nos últimos anos, pois muitos trabalhadores trocaram os ofícios agrícolas por trabalhos urbanos e/ou industriais, mesmo que não tenham emigrado do campo. Um dos fatores que favoreceram o êxodo agrícola foi a mecanização agrícola, a qual reduziu a demanda de mão de obra na agricultura. Ademais, houve crescimento percentual e absoluto do número de trabalhadores rurais que desempenham atividades não agrícolas.

Para Kautsky (1980), em virtude de sua superioridade produtiva e técnica, os grandes estabelecimentos agrícolas dominariam o espaço agrário mundial, pois os liames entre indústria e agricultura se estreitavam paulatinamente. Como consequência, a produção nos pequenos imóveis rurais se tornaria economicamente inviável, reverberando na diminuição das pequenas propriedades. Considerando-se que os camponeses são, em sua maioria, pequenos agricultores, esse processo incidiria também na redução do campesinato.

Em sua ótica, tal conjuntura impeliria o camponês à migração campo-cidade, pois a grande propriedade agrícola, mais adaptada ao mercado, suprimiria os pequenos estabelecimentos agrícolas. Kautsky (1980) explica que, em geral, o capitalismo se apropria inicialmente das atividades urbano-industriais. Posteriormente, se insere no setor rural-agrário, tornando-o dependente do mercado. Com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o camponês, que outrora fabricava diversos bens, passou a produzir somente gêneros agrícolas, pois a indústria capitalista se apoderou da produção dos demais víveres.

Diante das consequências do advento do capitalismo industrial, os camponeses concentraram suas atividades na agricultura, em detrimento das atividades não agrícolas, as quais foram assumidas pelo setor industrial ascendente (SHANIN, 2005). Neste sentido, a indústria capitalista desestruturou a indústria camponesa, culminando na redução dos dividendos obtidos pelos camponeses. Ao final do processo, o camponês se desfez de sua terra (meio produtivo), transformando-se em proletário e aderindo à lógica industrial, na qual o operário exerce exaustivamente apenas uma atividade para o patrão.

### **As teses sobre a desestruturação ou o fim do campesinato**

Na agricultura capitalista, a inserção de máquinas intenta a redução dos salários pagos, não a economia de mão de obra. A máquina, além de substituir a força de trabalho humana, executa trabalhos que o homem não consegue realizar, promovendo uma grande economia de tempo na produção. Ademais, a dependência técnica e econômica em relação ao setor industrial, materializada na aquisição de fertilizantes químicos e outros insumos, desestrutura a autonomia do camponês, uma de suas características marcantes (KAUTSKY, 1980).

Durante o século XIX e o início do XX, a agricultura europeia foi apropriada pelo capitalismo. Kautsky (1980) esclarece que a passagem à pecuária intensiva exigiu maior dispêndio de força de trabalho. Assim, a mão de obra familiar já não era suficiente em alguns períodos, demandando a contratação de trabalhadores assalariados. Apesar da tese de proletarização do campesinato, Kautsky (1980) também salienta alguns aspectos da resistência camponesa, pois afirma que as unidades camponesas resistem às grandes propriedades em virtude de suas menores necessidades, uma vez que geralmente se destinam ao autoconsumo.

Em decorrência da ampliação da concorrência, o camponês especializou sua produção. Assim, abandonou a policultura, priorizando a monocultura. Sua dependência frente ao mercado aumentou, pois além da necessidade de aquisição de instrumentos produtivos, os agricultores também precisavam comprar os víveres não produzidos em suas terras. Concernindo aos instrumentos produtivos, Marx (2011) afirma que qualquer produção demanda o emprego de instrumentos produtivos, sejam eles naturais ou artificiais. Com a inserção de tecnologias advindas do setor industrial na agricultura, houve significativo crescimento do uso de instrumentos de produção criados pela civilização no processo produtivo agrícola. No tocante ao assunto, Boserup (1987) afirma que o progresso técnico na agricultura, ao invés de aumentar o ócio dos camponeses, promoveu a intensificação de suas jornadas de trabalho.

Conforme explica Lênin (1977; 1980), o desenvolvimento do modo de produção capitalista se assenta na proletarização dos agricultores, a qual os integraria ao mercado, tornando-os produtores e consumidores de mercadorias, enquanto trabalhadores assalariados. Para o autor, a chegada das relações capitalistas no campo aniquilaria o campesinato e dividiria a população rural em duas classes – burguesia e proletariado. Em sua obra, o proletariado rural é composto pelos indivíduos que residem no campo e não dispõem de terra, caracterizando-se literalmente como proletários, em virtude da desposse dos meios produtivos.

No que concerne ao tema, o autor evidencia uma característica singular dos camponeses convertidos em proletários – a existência de trabalhadores assalariados agrícolas diaristas e os permanentes, sendo que os últimos possuem condições de vida e de trabalho superiores aos que vendem sua força de trabalho em jornadas diárias. Além disso, Lênin (1977) defende que características inequívocas do capitalismo, como a livre concorrência, a expropriação do proletariado e sua exploração por uma minoria burguesa por meio do assalariamento, a sujeição do campesinato à economia mercantil e a acumulação da terra como capital, estão presentes no campo e na agricultura. Portanto, segundo sua tese, as contradições inerentemente capitalistas estão presentes no campo e na agricultura há mais de um século.

Para o autor, houve um processo de descampesinização, o qual consiste na destruição do campesinato tradicional e na formação de novos grupos populacionais no campo, cuja sociedade é dominada pela produção capitalista e pela economia mercantil. Esses novos grupos camponeses são a burguesia rural e o proletariado rural, os quais constituem, respectivamente, a classe produtora de mercadorias e os trabalhadores assalariados da agricultura (LÊNIN, 1977).

A análise de Lênin (1977) sobre o campesinato é fundamentada na teoria da diferenciação social, na qual o autor agrupa os camponeses em três classes – camponeses ricos, médios e pobres – de acordo com alguns critérios, dentre os quais merecem destaque a venda ou a compra do trabalho assalariado, os arrendamentos e a compra de terras, a presença de máquinas agrícolas, a ascensão da agricultura comercial e o trabalho assalariado.

Na visão leninista, a burguesia rural é composta pelos camponeses ricos que compram o trabalho de outrem. Já os médios camponeses usam o próprio trabalho familiar, mas não o vendem, tampouco exploram outros trabalhadores. Assim, oscilam entre os grupos superiores e inferiores de camponeses. Contudo, poucos afortunados conseguem chegar ao grupo superior de camponeses, pois a maioria tende a ir para o grupo inferior, visto que a burguesia rural expropria não apenas os camponeses pobres, mas também os médios. O autor alcunha os camponeses ricos de minoria acomodada, a qual produz mercadorias destinadas à venda. Tais

grupos de agricultores são convertidos em burguesia rural, pois integram suas explorações agrícolas a grandes empresas comerciais e industriais e utilizam expressivo quantitativo de mão de obra assalariada, tanto de trabalhadores permanentes, quanto de diaristas (LÊNIN, 1977).

Já os camponeses pobres vivem da venda de sua força de trabalho, caracterizando-se como proletários rurais. Neste sentido, o autor afirma que esse grupo é composto pelos camponeses que não possuem nenhum pedaço de terra e pelos indivíduos que mesmo com a posse da terra, obtêm poucos rendimentos, sendo impelidos à venda de sua força de trabalho para garantir sua subsistência através do assalariamento. Acerca do pequeno agricultor no modo de produção capitalista, Lênin (1980, p. 59) disserta que:

No regime capitalista, o pequeno agricultor transforma-se, quer queira ou não, quer perceba ou não, num produtor de mercadorias. E é nesta modificação que está o essencial. Mesmo quando o pequeno agricultor ainda não explora o trabalho assalariado, esta mudança é suficiente para fazer dele um antagonista do proletariado, para transformá-lo num pequeno-burguês. Ele vende o seu produto, o proletariado vende a sua força de trabalho.

Para Lênin (1980), frequentemente o pequeno proprietário agrícola pode lucrar com medidas ou fenômenos prejudiciais ao proletariado. Neste aspecto, sua obra diverge da tese de Kautsky (1980), uma vez que o filósofo tcheco defende que o agricultor, mesmo com a posse da terra, seria proletarizado, em virtude da subordinação ao setor industrial e ao mercado. Lênin (1977) afirma que a dominação da agricultura pelo capitalismo acirra a competição entre os agricultores. Neste processo, a burguesia rural supera os camponeses médios e pobres, coagindo-os à migração para as urbes. Na ótica leninista, os camponeses ricos seguem os interesses do capital comercial e industrial, por meio da agricultura comercial, a qual baseia sua produção na contratação de assalariados e no empréstimo de dinheiro usando a terra como garantia. Ademais, a burguesia rural concentra a maioria das terras arrendadas e o emprego de maquinário na agricultura. Seus integrantes também agregam empresas industriais e comerciais à agricultura, compram terras de outros e promovem melhoramentos em suas lavouras.

A burguesia rural compromete elevado percentual do orçamento com o consumo, o qual é mais diversificado e abrange muitos produtos não agrícolas. Apesar de constituírem um grupo minoritário do campesinato, os camponeses ricos possuem a maioria dos meios de produção no campo, além de serem responsáveis pela maioria dos víveres agrícolas comercializados. Já os proletários rurais compram principalmente gêneros indispensáveis às suas dietas alimentares básicas. Suas despesas financeiras se direcionam ao consumo pessoal, ou seja, à compra de bens de consumo imediato, como alimentos e objetos de higiene pessoal (LÊNIN, 1977).



Neste cenário, Lênin (1977) demonstra que se comparado à burguesia rural, o proletariado rural gasta um percentual maior de seus rendimentos financeiros com a alimentação. Além disso, narra que a alimentação desses indivíduos apresenta diversos problemas, como a deficiência de proteínas de origem animal. Em contrapartida, o consumo de carne e de proteína animal entre os camponeses ricos é elevado, satisfazendo suas necessidades nutricionais, uma vez que fornecem diversos nutrientes, como carboidratos, gorduras, selênio, manganês, fósforo, ferro, zinco, potássio, magnésio, cálcio, vitaminas A, B, E, D e K.

Para Shanin (1983), os estabelecimentos camponeses são caracterizados pelo intenso vínculo entre a família e o imóvel agrícola. O principal diferencial do campesinato em relação às demais classes era a organização interna da unidade camponesa, a qual estava baseada num estreito liame com a agricultura e a terra, compreendida como patrimônio familiar. Apesar de discordar de Lênin (1977) no tocante ao aniquilamento do campesinato, Shanin (1983) afirma que no modo de produção capitalista, os camponeses se metamorfoseariam em duas classes antagônicas, os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores assalariados agrícolas. Ao camponês expropriado de suas terras, sobrariam somente duas opções: o trabalho assalariado nas urbes e/ou na agricultura.

Hodiernamente, percebe-se que o campesinato não foi totalmente destruído e algumas formas de camponeses ainda resistem (HERNÁNDEZ, 1994; WANDERLEY, 1996; FERNANDES, 2000; BOMBARDI, 2003). Para Shanin (2005), os camponeses possuem significativas diferenças de acordo com a sociedade em que estão inseridos, as quais configuram suas singularidades socioespaciais. Ademais, o autor afirma que o campesinato não teve sua existência suprimida, pois se adaptou ao capitalismo. Neste sentido, Desmarais (2013) disserta que diversas organizações camponesas, como a Via Campesina, articulam movimentos de luta em escala internacional contra a difusão do neoliberalismo e suas políticas, as quais prejudicam os pequenos agricultores e deterioram a qualidade dos alimentos produzidos.

Apesar da integração de uma quantidade expressiva de agricultores ao mercado, a qual reverberou em sua submissão ao capital urbano-industrial, não houve o fim das sociedades rurais, conforme preconizava Mendras (1978), tampouco o campesinato foi extinto, como advogava Lênin (1977). O acesso facilitado ao crédito (COSTA NETO, 1998) e a difusão de insumos urbano-industriais, como os agrotóxicos e as sementes transgênicas (OLIVEIRA, 2007), integraram e sujeitaram os agricultores às relações mercantis capitalistas. No entanto, não conseguiram promover a destruição de grupos populacionais camponeses ou sociedades rurais nos tempos recentes. Fernandes (2000) e Chayanov (2014) explicam que para muitos

teóricos, dentre os quais se destacam Lênin (1977), Mendras (1978) e Kautsky (1980), existiam apenas duas possibilidades para os camponeses, a integração plena aos mercados e a consequente conversão em agricultores familiares ou a persistência enquanto camponeses e sua desintegração, pois não conseguiriam sobreviver em um mundo notavelmente capitalista.

Em contraposição aos teóricos que proclamaram o fim do campesinato, Oliveira (1991) afirma que os camponeses não estão desaparecendo no Brasil. De acordo com o geógrafo, a teoria da proletarianização dos camponeses, defendida por alguns autores, não se confirmou, pois os camponeses vêm lutando por seus direitos e pela manutenção de seu modo de vida. De modo análogo a Oliveira (1991; 2007), Bombardi (2003) compreende o campesinato como uma classe social dentro do modo de produção capitalista, a qual se reproduz neste sistema. Para a autora, duas características marcantes dos camponeses são a luta política pela terra e a existência de uma ordem moral camponesa, vinculada ao pensamento coletivo, a qual se opõe à visão empresarial dos agricultores familiares. Neste sentido, Schejtman (1980) disserta que as unidades camponesas se diferenciam das capitalistas, pois possuem diferentes sistemas e maneiras de valorização dos produtos e dos objetos utilizados.

De fato, o campesinato não desapareceu completamente em território brasileiro. Contudo, houve uma expressiva redução do número de camponeses no país, em virtude da sujeição da agricultura nacional ao capital financeiro-industrial, da integração às relações mercantis capitalistas, do alargamento da oferta de crédito, da aplicação em larga escala de insumos urbano-industriais na agricultura, entre outros aspectos. A expressiva migração campo-cidade no país em meados do século XX corrobora a diminuição quantitativa dos camponeses em território brasileiro. Ademais, os dados dos Censos Demográficos realizados decenalmente em território nacional (IBGE, 1960; 1970; 1980; 1991; 2000; 2010) e sumarizados na tabela 1 esclarecem que a população total rural no Brasil decresce, em valores absolutos, desde o decênio de 1970.

**Tabela 1:** População Urbana e Rural no Brasil - 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Ano	População Total	População Urbana	População Rural
<b>1960</b>	70.992.343	32.004.817 (45,08%)	38.987.526 (54,92%)
<b>1970</b>	94.508.583	52.904.744 (55,98%)	41.603.839 (44,02%)
<b>1980</b>	121.150.573	82.013.375 (67,70%)	39.137.198 (32,30%)
<b>1991</b>	146.917.459	110.875.826 (75,47%)	36.041.633 (24,53%)
<b>2000</b>	169.590.693	137.755.550 (81,23%)	31.835.143 (18,77%)
<b>2010</b>	190.755.799	160.925.792 (84,36%)	29.830.007 (15,64%)

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

A negação da existência do campesinato indica uma valorização da lógica urbano-empresarial, de seus modos de vida e de organização produtiva, em detrimento do modo de vida e da cultura camponesa, pois conforme afirma Shanin (2005), o conceito de camponês possui teor ideológico. Fernandes (2000) esclarece que o discurso ideológico em torno da categoria agricultura familiar transmite ideias vinculadas ao novo e ao progresso, valorizando a integração ao mercado e o emprego de técnicas e insumos industriais na produção agrícola. Nestas concepções, o camponês é associado ao atraso e ao arcaísmo e considerado um sujeito que não aderiu às mudanças tecnológicas, permanecendo com um sistema de produção retrógrado e atrasado. Quando Wanderley (1996), Altafin (2007) e Lamarche (2008) contrapõem a agricultura camponesa ao agronegócio ou à agricultura empresarial, descortinam a questão de classe e a distinção ideológica entre os dois grupos. Neste contexto, referindo-se aos interesses estatais durante a ditadura militar no Brasil, Altafin (2007, p. 11) disserta:

Interessava assim escamotear desigualdades como o acesso à terra, por exemplo, e estabelecer categorias operacionais, visando à aplicação diferenciada das políticas públicas como o crédito rural, a pesquisa e a extensão rural. Os camponeses passam então a ser tratados como **pequenos produtores**.

O excerto mencionado evidencia o aspecto ideológico presente na substituição do vocábulo camponês, visto que a expressão “pequenos produtores” ganhou ênfase durante o regime militar, período em que as Ligas Camponesas foram dissolvidas, visando a classificação dos agricultores com relação à dimensão de suas propriedades e ao quantitativo de suas produções. Deste modo, características como as relações de produção e de trabalho, bem como o vínculo com a terra, não foram consideradas pelo governo para a formulação de políticas públicas voltadas à agricultura (ALTAFIN, 2007). As Ligas Camponesas surgiram oficialmente no município pernambucano de Vitória de Santo Antão em 1955, com forte influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB). O término do governo ditatorial de Vargas e a volta temporária da democracia ao país favoreceram o crescimento do movimento, o qual esteve presente em 13 estados brasileiros, mas teve destaque principalmente nas unidades federativas do Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte (MORAIS, 2012; PAGE, 2012).

As Ligas eram compostas majoritariamente por camponeses, artesãos, pescadores, advogados, estudantes e desempregados. A adesão dos assalariados agrícolas ou urbanos foi diminuta, pois a organização não tinha como lhes assegurar benefícios trabalhistas, tampouco protegê-los de possíveis represálias dos patrões – como as demissões – em caso de vínculo com o movimento (MORAIS, 2012; PAGE, 2012). Seus integrantes lutaram em prol da reforma

agrária e da melhoria das condições de trabalho no campo e pelo fim da díspar distribuição de terras no país e da violência cometida contra os camponeses em território brasileiro (OLIVEIRA, 2007; WANDERLEY, 2014; VILAS BOAS, 2018). Dentre suas principais ações, merecem ênfase as ocupações de latifúndios e engenhos, as greves de trabalhadores rurais e as manifestações organizadas nas grandes cidades (MORAIS, 2012; PAGE, 2012).

Sob a orientação do político e advogado Francisco Julião, as Ligas buscaram também, por meio da via jurídico-legal, assegurar direitos trabalhistas e a posse da terra aos camponeses. Articularam-se com sindicatos urbanos e industriais, planejando greves gerais que paralisaram as atividades econômicas de todo o estado de Pernambuco. Como constituíram uma ameaça à estrutura de poder consolidada no país e, em particular, à oligarquia agrária nordestina, vários de seus integrantes e líderes foram presos e/ou assassinados pelos órgãos de repressão do Estado ou pelos latifundiários e proprietários de engenhos. Com o golpe político aplicado em 1964, os militares reprimiram duramente as Ligas Camponesas, causando a desarticulação do grupo e sua consequente extinção (OLIVEIRA, 2007; MORAIS, 2012; VILAS BOAS, 2018).

O intuito dos militares era a desarticulação dos vínculos entre os agricultores camponeses e as Ligas Camponesas, as quais denunciaram e deram visibilidade à estrutura desigual do campo brasileiro e à exploração exercida pelas classes dominantes em relação ao campesinato. Esse fato reverbera a tentativa ideológica das classes hegemônicas em ocultar a realidade e a exploração proletária (THERBORN, 1991; MARX; ENGELS, 2007). Ademais, a troca do termo camponês pela expressão pequeno produtor oculta o modo de vida camponês e sua relação com o meio ambiente. O emprego do vocábulo produtor denota a ideologia capitalista, uma vez que a produção e, sobretudo, sua ampliação, são pilares sobre os quais o modo de produção capitalista se alicerça. Portanto, ao converter o camponês em produtor, cria-se a ideia de que ele é um empreendedor, mascarando seu modo de vida, seus liames com a natureza, sua produção volvida ao autoconsumo, entre outros aspectos.

Segundo Marques (2008), o emprego dos termos pequeno produtor ou agricultor familiar minora os debates políticos acerca da questão agrária. Assim, salienta-se que a opção pela não utilização da expressão agricultura camponesa está impregnada de ideologia, pois o vocábulo camponês está associado à agricultura direcionada ao autoconsumo e a um modo tradicional de vida. O uso da expressão agricultura familiar despolitiza a questão em torno do campesinato, uma vez que seu emprego é ideológico. Segundo McLellan (1987), Löwy (1991) e Marx e Engels (2007), a ideologia escamoteia a realidade, sobretudo suas contradições. Neste caso, há a ocultação do modo de vida camponês, de sua relação e integração com a natureza e

de sua produção não capitalista. No tocante ao assunto, Shanin (2005) afirma que o próprio conceito de camponês possui suas limitações, pois é impregnado de conteúdos ideológicos.

As designações agricultura familiar e patronal, bem como aquelas que classificam os agricultores de acordo com o tamanho de sua produção em pequenos, médios e grandes produtores, são ideológicas na medida em que interpelam os sujeitos, mascarando a realidade agrária nacional. Neste âmbito, Martins (1990) ressalta a carga política que compõe as noções de camponês e latifundiário, pois os termos definem situações e classes opostas no campo e também denotam a luta de classes na questão agrária, estabelecida pelos camponeses frente à opressão e à exploração dos latifundiários. Assim, latifundiários e camponeses historicamente constituíram classes antagônicas no campo, com interesses, modos de produção e relações ambientais distintas. Deste modo, quando esses vocábulos entram em desuso, as discussões em torno da questão agrária têm seu conteúdo político reduzido e restrito a aspectos de ordem técnico-científica. Por conseguinte, processos basilares como a luta de classes, são escamoteados, favorecendo a dominação exercida pelas classes detentoras do poder.

Caume (2009) disserta que há um discurso político-ideológico no Brasil que opõe agronegócio e agricultura familiar, associando o primeiro modelo somente à agricultura patronal. Alguns estudiosos, como Sauer (2008), contrapõem agronegócio e agricultura familiar com o intuito de explicar a dinâmica sociopolítica do campo. No entanto, a oposição instituída entre agricultura familiar e agronegócio pode ocultar contradições e estratégias engendradas pelos capitalistas. Parcelas significativas dos agricultores familiares foram absorvidas pelo agronegócio, caracterizando-se por relações e processos de produção típicos da agricultura de cunho empresarial. Neste contexto, Caume (2009) argumenta que percentual expressivo dos latifúndios e das cadeias produtivas vinculadas ao agronegócio se assenta na produção familiar, uma vez que a gestão das propriedades é realizada por membros da família.

O agronegócio possui significativa integração com outros setores econômicos, como o financeiro e o industrial (CAUME, 2009). Neste processo, a agricultura sofre uma sujeição em relação ao capital financeiro-industrial, pois tem se tornado extremamente dependente do crédito (COSTA NETO, 1998), dos maquinários, dos agrotóxicos e dos grãos transgênicos (OLIVEIRA, 2007). Esse fato também é verificado na agricultura familiar, inclusive na pequena produção. Na conjuntura nepomucenense, foi observada esta submissão, visto que um grande número de agricultores familiares pauta sua produção no uso de insumos urbano-industriais e recorre com relativa frequência a empréstimos e créditos volvidos aos produtores agrícolas (VILAS BOAS, 2016). Dentre os 1.532 estabelecimentos agropecuários de

Nepomuceno que se enquadravam na categoria agricultura familiar no ano de 2017, 1.208 (78,90%) declararam o uso de agrotóxicos, 1.334 (87,13%) revelaram o uso de adubos químicos, enquanto 836 (54,60%) empregaram máquinas no processo produtivo (IBGE, 2018).

A respeito do tema, Kautsky (1980) já mostrava que uma consequência do desenvolvimento do modo de produção capitalista na agricultura era o endividamento dos camponeses, pois conforme explica Costa Neto (1998), os capitalistas arquitetam estratégias para a intensificação da carga de trabalho na agricultura e, conseqüentemente, para a ampliação da mais-valia extraída. Guimarães (1982) sublinha que a difusão do crédito institucional a partir dos decênios de 1950 e 1960, nos Estados Unidos e na Europa ampliou significativamente o endividamento agrícola. No Brasil, nos anos 1960 e 1970, o governo formulou políticas em prol da difusão do crédito rural, sob a alegação de que tais ações auxiliariam os agricultores na mecanização da produção agrícola.

De acordo com Caume (2009), um estabelecimento econômico não é definido pela sua dimensão, mas pelas relações sociais de produção (e trabalho, visto que é parte essencial do processo produtivo) que ocorrem em seu interior. Sob esse prisma, o autor afirma que o agronegócio brasileiro está calcado nas formas capitalistas de produção, não nos latifúndios, os quais perderam o posto de principal forma social da conjuntura agrária nacional. Na segunda metade do século XX, as mudanças trazidas pelo advento da Revolução Verde modificaram a base técnica da agricultura brasileira, propiciando a transição do latifundiarismo em direção à agricultura empresarial capitalista (CAUME, 2009).

Apesar do inegável caráter capitalista dos latifúndios no Brasil, o capitalismo se insere na agricultura nacional não somente nas grandes propriedades, mas também nos pequenos imóveis agrícolas e na agricultura familiar. Assim sendo, embora a importância da luta do MST contra o latifundiarismo seja notável, o capital se reinventa e engendra diversas estratégias para a absorção da agricultura familiar (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Jollivet (1998) diverge da perspectiva teórica que preconiza a conversão dos camponeses em agricultores integrados ao mercado. O sociólogo francês concorda que houve um processo significativo de absorção do campesinato pelo mercado, mas defende que há uma vasta gama de contextos relevantes que desmistificam essa integração plena ao mercado. Em consonância com Jollivet (1998), Porto-Gonçalves (2005) afirma que o campesinato é diverso. Assim, o geógrafo considera um equívoco a tentativa de homogeneização dos camponeses, porquanto seu caráter heterogêneo é uma de suas principais virtudes. Salientando a heterogeneidade do camponês, Shanin (2005) mostra que o vocábulo campesinato abriga um

conjunto diverso de grupos populacionais, pois os camponeses estão inseridos em contextos sociais mais amplos, diferenciando-se de uma sociedade para outra. Por isso, grupos distintos, como os quilombolas, os ribeirinhos e os indígenas, estão compreendidos dentro da definição de camponeses adotada pelos autores.

### **A submissão do campesinato ao modo de produção capitalista e sua proletarização**

Nos tempos hodiernos, o agricultor familiar possui a terra, condição que o descaracterizaria como integrante do proletariado, classe que é conhecida na literatura clássica relativa ao tema pela não posse dos meios produtivos. Nesta perspectiva, nas palavras de Löwy (1991, p. 105): “o proletariado é o conjunto daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho”. Portanto, na concepção marxista, o proletariado é a classe que vende sua força de trabalho em troca de salário, devido à expropriação dos meios produtivos. No entanto, a agricultura familiar brasileira adquiriu, na maioria das propriedades, caráter empresarial. Assim sendo, sua produção usualmente é determinada pelo mercado e esse grupo de agricultores se encontra refém do crédito ofertado pelos oligopólios dos setores bancário e financeiro, bem como dos insumos urbano-industriais vendidos pelas grandes multinacionais e transnacionais. Destarte, esses aspectos colocam o agricultor familiar em uma situação semelhante à vivenciada pelo proletariado. Kautsky (1980), ao discutir a subordinação da agricultura em relação à indústria, já argumentava que o camponês, em virtude da submissão ao setor industrial, seria convertido em proletário, a despeito da posse da terra enquanto meio produtivo.

Deste modo, defende-se que há uma proletarização dos camponeses no Brasil, uma vez que sua produção é determinada pelas mutações e estratégias do mercado. O emprego de termos como operário-camponês, camponês-operário e camponês-empresário, utilizados por Seyferth (1985) e Carneiro (1998), evidencia a divisão dos agricultores em duas classes, a burguesia e o proletariado rural. Por conseguinte, tais vocábulos atestam o processo de proletarização do campesinato, discutido por Lênin (1977), Kautsky (1980) e outros autores. Para Marx (2004; 2006), a propriedade privada, o assalariamento, a extração da mais-valia e o trabalho estranhado e alienado são elementos característicos do proletariado. Em virtude da propriedade privada dos meios de produção, a maioria dos trabalhadores não possui acesso aos meios de produção. Assim sendo, a única opção restante é a venda de sua força de trabalho – a qual foi convertida

em mercadoria – mediante o pagamento de um salário. Ademais, além de assalariado, seu trabalho é estranhado, visto que o proletário desconhece a totalidade do processo produtivo.

A alienação ocorrida no processo produtivo converte o trabalho em algo mecânico, uma vez que o trabalhador não planeja suas ações e geralmente pauta seu labor em movimentos repetitivos. De acordo com Kropotkin (1953), o operariado, ante o processo de alienação, além de ignorar a totalidade do processo produtivo, não possui pleno conhecimento acerca do processo de trabalho e do funcionamento das máquinas. Na produção, há também a auto-alienação, pois os seres humanos se relacionam uns com os outros como estranhos. Destarte, o trabalho e os produtos fabricados pelo proletariado alienado pertencem a um estranho, ao burguês proprietário dos meios de produção (MARX, 2008b).

Marx (2011) alega que o processo produtivo engloba quatro etapas – a produção, a distribuição, a troca e o consumo. Portanto, quando o autor (MARX, 2004; 2006) afirma que a ignorância do trabalhador em relação à totalidade do processo produtivo é um atributo do trabalho estranhado, sua fala abrange todas as etapas da produção. Assim, apesar da posse da terra, muitos agricultores familiares vivenciam o processo de estranhamento do trabalho, o qual, segundo Marx (2006), ocorre quando a atividade produtiva não pertence ao trabalhador, constituindo um martírio em seu cotidiano. Por conseguinte, não há prazer ou espontaneidade durante o trabalho, visto que o mesmo pertence a outro, o qual influencia diretamente as deliberações relativas aos processos e às relações de produção e de trabalho. No entanto, enquanto seu trabalho traz sofrimento e sacrifício para si, promove a maximização dos lucros dos capitalistas. Outra faceta do trabalho estranhado é o fato de o trabalho e o produto dele oriundo não pertencerem ao trabalhador, mas a outro indivíduo, o qual explorará a mais-valia no processo produtivo.

Na agricultura nepomucenense, o trabalho é estranhado, uma vez que a despeito da posse dos meios de produção, o agricultor destina a maioria dos gêneros cultivados à venda. 1.522 (99, 41%) dos 1.532 estabelecimentos investigados pelo Censo Agropecuário no ano de 2017 em Nepomuceno possuíam como finalidade a comercialização da produção (IBGE, 2018). A sua força de trabalho é empregada para que ele possa obter dinheiro visando a satisfação de necessidades do núcleo familiar, como alimentação, moradia e higiene pessoal. Ademais, a jornada de trabalho se torna um calvário, pois configura um meio para a aquisição de mercadorias. O café, principal produto lavrado no município, é comercializado com as cooperativas, as quais o revendem nos mercados nacionais e internacionais, alcançando elevadas taxas de lucro. Sublinha-se que a monocultura cafeeira não satisfaz diretamente as



necessidades do grupo familiar, uma vez que a rubiácea não é um gênero basilar de seus regimes alimentares.

Em contrapartida, o agricultor, preso às amarras do capital, busca ao máximo ampliar a produtividade de sua lavoura, visto que esse aumento lhe proporcionaria crescimento das receitas financeiras. As cooperativas, enquanto representantes do agronegócio e do capitalismo na cafeicultura municipal, interferem significativamente nas formas e técnicas de produção empreendidas nas unidades agrícolas nepomucenenses, monopolizando a comercialização dos grãos colhidos no município. Salienta-se que 1.033 (67,47%) dos 1.532 estabelecimentos agropecuários municipais possuíam associação com alguma cooperativa no em 2017 (IBGE, 2018). Como o café é uma *commodity* e sua cotação é definida nas Bolsas de Mercados de Futuros, o preço pago depende do mercado internacional, aumentando a volatilidade de seus preços durante a comercialização (TOPIK, 2003; SCHOUCHANA; MICELI, 2004; MERGULHÃO, 2017). Além disso, os agricultores familiares nepomucenenses possuem poucas informações a respeito da distribuição, da troca e do consumo do café vendido às cooperativas, as quais se responsabilizam pela revenda do grão.

Marx (1983) esclarece que a mais-valia existe porque os seres humanos são obrigados a fabricar diariamente mais produtos e meios de subsistência do que necessitam para sua autorreprodução e a realização de atividades básicas. Desta maneira, é gerado o produto excedente, fonte de lucro para os capitalistas. Neste contexto, há o sobretrabalho, isto é, o proletário trabalha além do necessário à reprodução do valor do seu salário, propiciando o surgimento da mais-valia. Como as remunerações pagas aos trabalhadores têm como intuito somente a manutenção e a reprodução da força de trabalho, o excedente da produção não é pago a eles, mas é apropriado pelo proprietário dos meios de produção, formando a mais-valia. Para o autor, a mais-valia não é extraída na comercialização da mercadoria acima do seu preço de produção, mas é auferida previamente, pois o trabalhador recebe como pagamento um valor inferior ao dos produtos resultantes de seu trabalho (MARX, 1983). Ainda no tocante à mais-valia, Marx (2011, p. 255) pronuncia:

A coisa também pode ser expressa da seguinte maneira: se o trabalhador precisa somente de meia jornada de trabalho para viver uma jornada inteira, então só precisa trabalhar meia jornada para perpetuar sua existência como trabalhador. A segunda metade da jornada de trabalho é trabalho forçado, trabalho excedente. O que aparece do ponto de vista do capital como mais-valor, aparece do ponto de vista do trabalhador exatamente como mais-trabalho acima de sua necessidade como trabalhador, acima, portanto, de sua necessidade imediata para a conservação de sua vitalidade.

Quando o agricultor familiar vende sua produção para as cooperativas – como ocorre no município de Nepomuceno com muitos cafeicultores, sua mais-valia sempre é explorada, embora não seja propriamente um trabalhador assalariado. A maioria dos agricultores familiares consegue produzir uma quantidade de víveres suficiente para o atendimento de suas necessidades primordiais. Contudo, seu *quantum* de trabalho é maior que o indispensável à sua subsistência, gerando um excedente produtivo, o qual é apossado pelos capitalistas, originando a mais-valia. Referindo-se ao valor das mercadorias na produção capitalista, Marx (2011, p. 472) explica que:

O valor dos produtos é determinado pelo trabalho neles contido, e não pela parte do trabalho que é paga pelo empregador. *É o trabalho feito, não o trabalho pago, que constitui o valor do produto; mas os salários só expressam o trabalho pago, nunca o trabalho feito.* A medida desse próprio pagamento depende da produtividade do trabalho, porque esta última determina o *quantum* de trabalho necessário.

O fenômeno narrado por Marx no excerto em destaque é uma das causas para a existência da mais-valia. Considerando-se que o valor dos produtos expressa o trabalho neles contido e os salários apenas expressam o trabalho pago, a mais-valia corresponde à diferença entre o trabalho feito e o trabalho necessário para pagar o salário do trabalhador. A respeito do tema, Marx (2011) compreende o valor pago através do salário como o trabalho necessário e o lucro como o trabalho excedente, o qual corresponde à mais-valia apropriada pelos capitalistas. Concernindo ao assunto, Kropotkin (1953) explica que a extração da mais-valia e a exploração do trabalho proletário ocorrem em decorrência da não posse dos meios produtivos, das ferramentas e dos instrumentos necessários à produção. Esse processo também acontece com os pequenos agricultores proprietários de terra, pois não recebem como pagamento todo o valor produzido pelos víveres cultivados.

De acordo com Marx (1983; 2011), o empregador capitalista não se apropria de toda a mais-valia, pois ela é dividida em três partes – a renda territorial ou fundiária, apossada em parte pelo proprietário fundiário; os juros, absorvidos pelo setor financeiro por intermédio de mecanismos como a difusão dos empréstimos; e o lucro industrial ou comercial, o qual é apropriado pelo capitalista. O pagamento de impostos obrigatórios aos proprietários rurais, como o Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), também contribui para a extração da mais-valia dos agricultores familiares. Conforme esclarece Lefebvre (1999), uma parte da renda fundiária e, conseqüentemente, da mais-valia global, é interceptada e apreendida pelos Estados por intermédio do sistema tributário.

Marx (1983; 1984) não estava equivocado ao defender que campesinato e capitalismo não possuem uma relação harmônica, pois os camponeses constituíam um empecilho à difusão do capitalismo. Para Marx (1983), o desenvolvimento do modo de produção capitalista gradativamente desestruturaria os modos de vida e de produção camponeses. Hodiernamente, em oposição à tese elaborada por Marx (1983), constata-se que não houve um fim dos camponeses, pois diversos grupos resistem à integração de suas unidades agrícolas de produção às práticas capitalistas (OLIVEIRA, 1991; FERNANDES, 2000; BOMBARDI, 2003; DESMARAIS, 2013). Sob esse ponto de vista, é válida a reflexão de Thomaz (2010), na qual a autora argumenta que o campesinato surgiu durante o modo de produção feudal e não foi extinto nem mesmo com a transição para o capitalismo, resistindo até os tempos atuais.

Marx (1983) era notadamente pessimista no tocante à permanência e à condição de vida dos camponeses com o desenvolvimento do modo de produção capitalista. A despeito das objeções sobre sua teoria acerca da desintegração do campesinato, sua tese não deve ser totalmente desconsiderada, pois uma significativa quantidade de camponeses foi integrada ao mercado, convertendo-se em agricultores familiares. Ademais, diversas estratégias foram engendradas pelos capitalistas intentando a supressão das economias camponesas.

À época de seus escritos, Marx (1983; 1984) atribuía à pequena dimensão de suas terras e à diminuta capacidade de acumulação de capital o antagonismo entre campesinato e capitalismo. No entanto, os capitalistas desenvolveram diversas estratégias para integração das pequenas propriedades agrícolas ao modo de produção capitalista, como a disseminação e a facilitação do acesso ao crédito, a contração dos preços dos víveres agrícolas e a difusão de insumos urbano-industriais (COSTA NETO, 1998; HARVEY, 2011).

Os camponeses, ao serem absorvidos por relações mercantis capitalistas de produção e trabalho, foram convertidos em agricultores familiares empresariais. Destarte, mantiveram o caráter familiar de seus imóveis agrícolas. Entretanto, não possuem mais as características de outrora, como a independência em relação ao mercado, o apego à terra e a produção voltada ao autoconsumo (WANDERLEY, 1996; SILVA, 2007; LAMARCHE, 2008).

Nos cenários nacional e mundial, a Via Campesina atua como um movimento transnacional de resistência dos camponeses, manifestando-se e pressionando os chefes de Estado nos principais eventos relacionados a assuntos concernentes à economia e à alimentação globais, os quais são organizados por órgãos supranacionais, como: o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Sua atuação junto aos camponeses acontece por meio da

resistência à inserção do capital no campo, à exploração do trabalho agrícola e à OMC, bem como na oposição à monocultura, à expropriação do campesinato, à violência contra a mulher e ao uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. Além disso, a organização luta em prol da soberania alimentar e da disseminação de práticas agroecológicas em escala mundial (RAMOS FILHO, 2009; DESMARAIS, 2013).

A Via Campesina agrega mais de 100 organizações de luta camponesa em diferentes países, abrangendo mais de dez movimentos no Brasil, como: a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (ANMTR), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). A organização almeja uma agricultura calcada na soberania alimentar, cuja difusão é um exemplo da efetividade de sua luta em escala mundial (DESMARAIS, 2013).

Sublinha-se que os grupos camponeses apresentam algumas similaridades, como a relação harmônica com o meio ambiente, o caráter familiar dos imóveis agrícolas no tocante à mão de obra e à gestão, a produção destinada mormente ao autoconsumo e a inexistência do trabalho assalariado (WANDERLEY, 1996; BOMBARDI, 2003; LAMARCHE, 2008). Neste contexto, Shanin (2005) afirma que em alguns casos e em condições específicas, os camponeses resistem, associando-se ao capitalismo. Todavia, geralmente são marginalizados, sofrendo com alguns processos, como a deterioração de suas condições de vida, a ameaça e a concorrência dos latifundiários.

Hernández (1994) considera que a venda ocasional da força de trabalho é uma das características dos camponeses nos tempos hodiernos. Entretanto, diversos autores, como Chayanov (1974; 2014), Lênin (1977; 1980) e Kautsky (1980), afirmam que o campesinato é caracterizado pela ausência de trabalho assalariado. No tocante ao assunto, Lênin (1977) e Kautsky (1980) indicam que a inserção do camponês no trabalho assalariado, mesmo que de maneira sazonal ou esporádica, reverbera na proletarização do campesinato, cujas consequências são deletérias aos membros deste grupo. Neste sentido, Kautsky (1980) explica que a adesão do camponês ao trabalho parcelário o insere em relações capitalistas de trabalho, as quais incidem na exploração de sua força de trabalho, enquanto Lênin (1977) defende que esse processo culmina na divisão da sociedade em burgueses e proletários agrícolas.

As sociedades agrárias mundo afora não foram totalmente dicotomizadas em burguesia e proletariado rural, como afirmava Lênin (1977). Entretanto, é inegável que o processo de proletarização atingiu milhões de camponeses à escala mundial, incluindo aqueles que

migraram para as urbes e labutam em troca de um salário, assim como os sujeitos que prosseguem residindo no campo, mas em virtude de diversos processos, como a expropriação dos meios de produção e a árdua concorrência com a agricultura patronal, submetem-se cotidianamente ou periodicamente ao trabalho assalariado.

Diante das transformações de um mundo amplamente globalizado, diversos autores como Hernández (1994), Fernandes (2000), Bombardi (2003), Shanin (1983; 2005) e Desmarais (2013), assinalam um processo de reinvenção ou recriação do campesinato. Neste sentido, afirmam que a definição de camponês, tal como contida nos autores clássicos, como Marx (1983; 1984), Lênin (1977; 1980) e Kautsky (1980), está obsoleta. Hernández (1994) salienta a dificuldade de conceituação do campesinato em virtude das recentes transformações socioeconômicas decorrentes do processo de globalização. Assim sendo, evidencia-se que o conceito de camponês passou por um processo de ressemantização, cujo objetivo foi a adequação às modificações políticas, econômicas, sociais e culturais dos tempos recentes.

Hernández (1994) advoga que os camponeses podem empregar as tecnologias decorrentes da Revolução Verde e da Modernização Agrícola em suas lavouras, desde que mantenham algumas características intrínsecas ao campesinato, como o trabalho e a gestão familiares, e a produção direcionada à alimentação do núcleo familiar. Com relação ao tema, Fabrini (2000) e Wanderley (2014) defendem a transformação do campesinato de acordo com a sociedade na qual está inserido, isto é, conforme as características tempo-espaciais de cada realidade social. Destarte, os autores afirmam que não existe um conceito pronto de camponês.

Acerca do processo de constituição das palavras, Charaudeau (2012, p. 41) afirma que “O sentido nunca é dado antecipadamente. Ele é construído pela ação linguageira do homem em situação de troca social. O sentido só é perceptível através de formas”. Desta maneira, se os sentidos são construídos em contextos de troca social, os conceitos também são ressemantizados com o decorrer do tempo em virtude de modificações sociais, econômicas, políticas e culturais. A definição de camponês em autores clássicos como Lênin (1977; 1980), Kautsky (1980) e Marx (1983; 1984) é assaz diferente daquela adotada por autores como Fernandes (2000), Silva (2007) e Lamarche (2008), em virtude das transformações ocorridas na sociedade. Portanto, como os significados atribuídos ao vocábulo camponês são muito distintos, é temerária a elaboração de críticas aos teóricos clássicos, uma vez que o campesinato ao qual se referem – foi no mínimo – parcialmente proletarizado e experimentou redução quantitativa com a inserção de relações capitalistas de produção e de trabalho no campo.

Referindo-se à discussão, Bernstein (2015) reitera que, conforme a concepção clássica presente nas obras de autores como Lênin (1977, 1980), Kautsky (1980) e Chayanov (1974; 2014), houve significativa redução do número de camponeses em escala mundial, pois em virtude de processos como a conversão dos camponeses em pequenos produtores de mercadorias, há a presença de relações mercantis em suas propriedades, como a monocultura direcionada à comercialização, a venda e a compra de força de trabalho, entre outras.

No tocante à questão agrária brasileira, Singer (1977) e Oliveira (2007) afirmam que a inserção do capitalismo na agricultura nacional reverberou na expropriação do camponês, convertendo-o em proletário, isto é, em trabalhador assalariado desprovido dos meios de produção. Segundo os autores, a proletarização do trabalhador rural não criou uma grande massa de assalariados permanentes no Brasil, mas um sem-número de trabalhadores volantes ou diaristas, os quais têm condições de vida e de trabalho piores que as dos trabalhadores permanentes. Ademais, o salário intermitente, ou seja, a quantia paga pelo trabalho volante é mais rentável aos capitalistas, fornecendo-lhes maiores taxas de lucro (LÊNIN, 1977).

Pode-se dizer que teóricos consagrados como Marx (1983), Lênin (1977), Kautsky (1980) e Mendras (1978), os quais prognosticaram a proletarização, o desaparecimento ou a redução do campesinato, compreendido em sua concepção clássica, não estavam totalmente equivocados em suas análises. A propósito, foram exitosos em diversos prognósticos. Apreciando o fato de que o conceito de camponês foi ressignificado pelas teses mais recentes, não há equívoco nos escritos dos autores que sustentaram teses como a proletarização e/ou a redução do campesinato, pois realmente houve a diminuição do número total de camponeses e o ingresso de muitos ao trabalho assalariado em virtude da expropriação dos meios produtivos. Sem embargo, é importante que o camponês, convertido em proletário, adquira consciência de sua condição e da exploração sofrida, para que seja promovida a luta por melhores condições de vida e de trabalho e por uma distribuição mais justa da renda e dos meios de produção.

A principal incongruência das obras de Marx (1983; 1984) e Lênin (1977) é a defesa do fim ou do desaparecimento do campesinato, a qual foi refutada por diversos autores, como Chayanov (1974; 2014), Shanin (2005), Lamarche (2008) e Guzmán e Molina (2013). É inequívoco que ainda existem bilhões de pessoas residindo no campo em âmbito mundial, todavia, o simples fato de morar no campo não representa necessariamente que determinado grupo seja camponês. Para ser integrante do campesinato e não apenas mero habitante do campo, é necessário que o sujeito esteja inserido no modo de vida camponês, o qual é qualificado pelo pensamento voltado à coletividade (CHAYANOV, 1974; 2014), pela

harmonia na relação com o meio ambiente (PLOEG, 2009), pela produção direcionada ao autoconsumo (LAMARCHE, 2008), pela existência de uma ordem moral camponesa (WOORTMANN, 1990; BOMBARDI, 2003), entre outras particularidades.

Ainda no decênio de 1970, Wright (2012) criticou o emprego dogmático e mistificado do vocábulo camponês, afirmando que vários equívocos teóricos foram cometidos na inclusão de diversas categorias, como assalariados e arrendatários, no conjunto do campesinato. Como a agricultura é dominada por relações capitalistas de produção, muitos moradores do campo, a despeito de residirem em áreas rurais, não são camponeses, pois exercem trabalhos assalariados e assumem formas de produção mercantis e capitalistas.

A respeito das diferentes visões acerca do campesinato e das consequências do desenvolvimento do modo de produção capitalista para os camponeses, o quadro 01 sintetiza algumas das ideias defendidas por renomados autores que discutiram a temática:

**Quadro 1:** Produção e Trabalho do Campesinato e Consequências do Desenvolvimento do Capitalismo para os Camponeses nas Obras de diferentes autores

<b>Autores</b>	<b>Produção das Unidades Camponesas</b>	<b>Trabalho na Agricultura Camponesa</b>	<b>Consequências para o Campesinato do Desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista</b>
<b>Karl Marx</b>	Produção de Valor de Uso/Circulação Simples de Mercadorias	Mão de Obra Familiar/Ausência de Assalariamento	Expropriação, Proletarização e Desintegração do Campesinato/Oposição entre Campesinato e Capitalismo
<b>Vladimir Lênin</b>	Produção para Autoconsumo/Não Há Produção de Mercadorias	Mão de Obra Familiar/Ausência de Assalariamento	Expropriação e Desintegração e Proletarização do Campesinato/Divisão em Burguesia e Proletariado Rural (Assalariados Permanentes e Diaristas)/Oposição entre Capitalismo e Unidades Camponesas
<b>Karl Kautsky</b>	Produção de Valor de Uso/Produção Simples de Mercadorias	Mão de Obra Familiar/Ausência de Assalariamento	Diminuição das Pequenas Propriedades Rurais/Redução e Proletarização do Campesinato/Trabalho Acessório/ Integração e Subordinação à Grande Indústria
<b>Alexsander Chayanov</b>	Produção de Valor de Uso/Produção Simples de Mercadorias	Mão de Obra Familiar/Inexistência de Assalariamento/Equilíbrio entre Trabalho e Consumo	Coexistência Campesinato/Capitalismo - Racionalidade Camponesa/Mecanismos e Estratégias de Adaptação e Sobrevivência

<b>Henri Mendras</b>	Autonomia no Processo Produtivo/Policultura-Pecuária	Mão de Obra Familiar	Fim das Sociedades Rurais com a Integração ao Mercado/Conservação de sua Autonomia/Diferentes Consequências devido à Diversidade dos Grupos Camponeses
<b>Teodor Shanin</b>	Terra como Patrimônio Familiar	Mão de Obra Familiar/ Trabalho como Meio para a Provisão de Alimentos e o Pagamento de Tributos	Adaptação e Resistência do Camponato ao Capitalismo/Desestruturação da Indústria Camponesa/ Marginalização do Camponato/Reinvenção do Camponato

**Fonte:** CHAYANOV, 1974; 2014; LÊNIN, 1977; 1980; MENDRAS, 1978; KAUTSKY, 1980; SHANIN, 1983; 2005; MARX, 1984; 2017.

### Considerações Finais

Portanto, é imprescindível sublinhar as diferenças entre a agricultura familiar e a camponesa. A disseminação do emprego da categoria agricultura familiar nas políticas públicas e nos estudos científicos teve o objetivo de abarcar o maior número possível de agricultores nas políticas direcionadas ao setor, como o PRONAF. Apesar das críticas ao fato de a agricultura familiar abranger uma vasta diversidade de grupos populacionais, o camponato também engloba diversos grupos humanos.

Embora a agricultura camponesa seja uma das possibilidades da agricultura familiar, uma vez que se caracteriza pela administração familiar do imóvel agrícola e pelo emprego de mão de obra familiar, possui muitas singularidades. Dentre as especificidades do camponato, pode-se salientar a autonomia no processo produtivo e nas deliberações relativas ao estabelecimento agropecuário, a adoção da policultura, a inexistência de trabalho assalariado nas unidades camponesas, a produção simples de mercadorias e a concepção da terra como patrimônio familiar.

Os camponeses não desapareceram como afirmavam Marx (1984; 2017) e Lênin (1977; 1980). Nos tempos recentes, muitos camponeses resistem e se reinventam para perpetuarem seus modos de vida. Movimentos como o MST no Brasil e a Via Campesina em âmbito internacional representam a resistência camponesa ante a difusão de práticas neoliberais e capitalistas no campo e na agricultura. No entanto, é inegável que o número de camponeses no Brasil diminuiu expressivamente nos últimos decênios, tanto pela diminuição do número absoluto de habitantes do campo no país, quanto pela subordinação da agricultura ao capitalismo, a qual promoveu a proletarianização de muitos camponeses e a exploração de seu



trabalho. Nas décadas ulteriores, muitos camponeses foram integrados aos mercados capitalistas e, conseqüentemente, convertidos em agricultores familiares empresariais dependentes e subordinados ao setor financeiro-industrial.

## Referências

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. Brasília: CDS/UNB, 2007.

ALTIERI, Miguel. The Myth of Coexistence: Why Transgenic Crops Are Not Compatible With Agroecologically Based Systems of Production. *Bulletin of Science, Technology & Society*, v. 25, n. 04, p. 361-371, 2005.

BERNSTEIN, Henry. Soberania alimentar: uma perspectiva cética. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 17, n. 39, p. 276-336, mai./ago. 2015.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. *Geosp*, São Paulo, n. 14, p. 107-117, 2003.

BOSERUP, Ester. *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1987.

BRASIL. Lei nº. 6.746, de 10 de dezembro de 1979. In: *Diário Oficial da União*. 1979. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm)>. Acesso em: 29 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006. In: *Diário Oficial da União*. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 03 set. 2017.

BRUNO, Regina. Desigualdades, agronegócio, agricultura familiar no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 01, p. 142-160, abr. 2016.

CARNEIRO, Maria José. *Camponeses, Agricultores e Pluriatividade*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARVALHO, Horácio Martins de. *O Campesinato no Século XXI: Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CAUME, David José. *Agricultura Familiar e Agronegócio: falsas antinomias*. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 01, p. 26-44, jan./abr. 2009.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. Tradução: Angela S. M. Côrrea. 2ª ed. 1ª Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAYANOV, Aleksander. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

\_\_\_\_\_. *Teoria dos Sistemas Econômicos Não Capitalistas*. In: CARVALHO, Horácio Martins de. (Org.). *Chayanov e o Campesinato*. São Paulo: Expressão Popular, 2014, p. 99-137.

COSTA, Luiz Flavio Carvalho. *Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

COSTA NETO, Canrobert. *Agricultura familiar e renda da terra*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 118-134, abr. 1998.

COULIS, Jonathan. E. *Rooted in Coffee – Deregulation, Economic Crisis and Restructuring Power in the Brazilian Coffee Sector: How Small-Scale Coffee Producers Responded to the Coffee Crisis in Sul de Minas*. Ontario, Canadá: Departamento de História, Universidade de Guelph, 2011. 140 p. (Dissertação, Mestrado em História).

DESMARAIS, Annete Aurélie. *A Via Campesina – A Globalização e o Poder do Campesinato*. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. São Paulo: Cultura Acadêmica/Expressão Popular, 2013.

FABRINI, João Edmilson. *A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política*. *Geografia*, Londrina, v. 09, n. 01, p. 67-78, jan./jun. 2000.

FAVARETO, Arilson. *A racionalização da vida rural*. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 01, p. 09-48, abr. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Formação do MST no Brasil*. São Paulo: Vozes, 2000.

GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José F. ; QUEDA, Oriovaldo. *Distribuição da Renda e Posse da Terra na Produção e Consumo de Alimentos*. In: PINKSY, Jaime (Org.). *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 127-146.

GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. *Velhos e novos mitos do rural brasileiro*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, set./dez. 2001.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A Crise Agrária*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. ; MOLINA, Manuel González de. *Sobre a Evolução do Conceito de Campesinato*. Tradução: GUTERRES, Ênio. ; CARVALHO, Horácio Martins de. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular/Via Campesina, 2013.

HARVEY, David. *O Enigma do Capital e as crises do capitalismo*. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. *Os Limites do Capital*. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HERNÁNDEZ, Roberto. *Teorías sobre campesinado em América Latina: Una evaluación crítica*. *Revista Chilena de Antropología*, Santiago, n. 12, p. 179-200, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8&uf=00>>. Acesso em: 17 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Censo Agropecuário 2017 – Resultados Definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 19 set. 2019.

JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 11, p. 05-25, 1998.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KROPOTKIN, Piotr. A Conquista do Pão. Tradução: Cesar Falcão. Rio de Janeiro: Edição da “Organização Simões”, 1953.

LAMARCHE, Hughes. Agricultura Familiar: Comparação Internacional. Volume I – Uma realidade multiforme. Tradução: Angela Maria Naoko Tijiwa. Campinas: EdUNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. Agricultura Familiar: Comparação Internacional. Volume II – Do mito   realidade. Campinas: EdUNICAMP, 2008.

LEFEBVRE, Henri. A Cidade do Capital. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

\_\_\_\_\_. O Vale de Campan: Estudo de Sociologia Rural. Tradução: Ana Cristina Mota Silva e Anselmo Alfredo. São Paulo: EdUSP, 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilich. El Desarrollo del Capitalismo en Rusia. 2<sup>a</sup> ed. Madri: Akal Editor, 1977.

\_\_\_\_\_. Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

L WY, Michael. Ideologias e Ciência Social – Elementos para uma análise marxista. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 1991.

MACFARLANE, Alan. A Cultura do Capitalismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

MALTHUS, Thomas Robert. Princípios de Economia Política e Considera es sobre Sua Aplica o Prática e Ensaio sobre a Popula o. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de campon es. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 11, n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008.

MARSDEN, Terry. Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. Sociologia Ruralis, v. 32, n. 02-03, p. 209-230, abr. 1992.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARX, Karl. O Capital (Crítica da Economia Política) – Livro 3 - O Processo Global de Produ o Capitalista. Volume VI. Tradução: Moacyr Félix. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Civiliza o Brasileira, 1983, p. 705-1079.

\_\_\_\_\_. *O Capital (Crítica da Economia Política) – Volume I. Tomo II.* Tradução: Régis Barbosa e Flávio R. Koethe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. *Trabalho Estranhado e Propriedade Privada.* In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *A Dialética do Trabalho I – Escritos de Marx e Engels.* São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 173-195.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos Econômico-Filosóficos.* Tradução: Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

\_\_\_\_\_. *Contribuição à Crítica da Economia Política.* Tradução: Florestan Fernandes. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Miséria da Filosofia.* Tradução: Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2008b.

\_\_\_\_\_. *Gundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política.* Tradução: Mario Duayer, Nélio Schneider, Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman. Rio de Janeiro: Boitempo/EdUFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política: Livro III: O Processo Global de Produção Capitalista.* Tradução: Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. ; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã.* São Paulo: Boitempo, 2007.

MCLELLAN, David. *A Ideologia.* Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MERGULHÃO, Amanda Duarte. *Os Fluxos, as Relações e os Agentes Envolvidos na Produção e Comercialização do Café Produzido Atualmente no Brasil.* Revista da Anpege, Dourados, v. 13, n. 22, p. 57-85, set./dez. 2017.

MORAIS, Clodomir Santos de. *História das Ligas Camponesas do Brasil (1969).* In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964.* 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 21-76.

MOREIRA, Ruy. *Para Onde Vai O Pensamento Geográfico – Por Uma Epistemologia Crítica.* São Paulo: Contexto, 2011.

NAVARRO, Zander. *A Agricultura Familiar no Brasil: Entre a Política e as Transformações da Vida Econômica.* In: GASQUES, José Garcia. ; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro.; NAVARRO, Zander. (Org.). *A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas.* Brasília: IPEA, 2010, p. 185-209.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Agricultura Camponesa no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1991.

\_\_\_\_\_. *Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária.* 1ª ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

PAGE, Joseph. *Caos no Campo (1972).* In: STÉDILE, João Pedro (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964.* 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 103-131.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Pluralidade Sindical no Campo? Agricultores Familiares e Assalariados Rurais em um Cenário de Disputas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 104, p. 201-238, 2018.

PLOEG, Jan Douwe van der. Sete Teses Sobre a Agricultura Camponesa. In: PETERSON, P. (Org). *Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-32.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. *Geografias*, Belo Horizonte, v. 01, n. 01, p. 07-25, jul./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. De Pobre e Sem-Terra a Pobre Com-Terra e sem Sossego: Territorialização e Territorialidades da Reforma Agrária de Mercado (1998-2006). In: FERNANDES, Bernardo Mançano. ; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. ; PAULILO, Maria Ignez (Org.). *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas – A diversidade das formas das lutas no campo – Vol. II*. São Paulo, EdUNESP, 2009, p. 247-278.

SAUER, Sérgio. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília: Embrapa, 2008.

SCHEJTMAN, Alexander. Economía campesina: lógica interna, articulación y persistencia. *Revista de La CEPAL*, Santiago/CEPAL, n. 11, p. 121-140, ago. 1980.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SCHOUCHANA, Félix. ; MICELI, Wilson. Motta. *Introdução aos mercados futuros e de opções agropecuários no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: BM&F, 2004.

SEYFERTH, Giralda. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 52, p. 01-27, mai. 1985.

SHANIN, Teodor. *La clase incómoda: Sociología Política del Campesinato en una Sociedad en Desarrollo (Rusia 1910-1923)* Madrid: Alianza Editorial, 1983.

\_\_\_\_\_. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 08, n. 07, p. 01-21, jul./dez. 2005.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato. *Geografias*, Belo Horizonte, v. 03, n. 01, p. 46-63, jan./jun. 2007.

SINGER, Paul. Introdução. In: PINKSY, Jaime (Org.). *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo: Hucitec, 1977, p. 01-06.

TEPICHT, Jerzy. Las Complejidades de la Economía Campesina. *Investigación Económica*, Cidade do México, v. 43, n. 167, p. 183-198, 1984.

THERBORN, Göran. *La Ideología del Poder y El Poder de la Ideología*. 3ª ed. México: Siglo Veintiuno, 1991.

THOMAZ, Fernanda. O Modelo Socialista de Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA-MST): contradições e avanços – estudo de caso da Copava. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, 2010. 201 p. (Dissertação, Mestrado em Geografia).

TOPIK, Steven. The integration of the world coffee market. In: CLARENCE-SMITH, William G.; TOPIK, Steven (Org.). The global coffee economy in Africa, Asia and Latin America – 1500-1989. Nova York: Cambridge University Press, 2003, p. 21-49.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. Segurança Alimentar e Relações Capitalistas no Campo e na Cidade: O Exemplo de Nepomuceno-MG. Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016. 233 p. (Dissertação, Mestrado em Geografia).

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a Concentração Fundiária no Brasil. Revista Eletrônica Geoaraguaia, Barra do Garças, v. 08, n. 01, p. 32-54, jan./jun. 2018.

VIOLANTE, Francesco. Notes on the economy in the rural non-capitalist societies: the contribution of A. V. Čajanov to the historical studies and the current political debate. Scienze Del Territorio, Florença, n. 02, p. 377-386, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: ANPOCS, 1996, p. 01-18.

\_\_\_\_\_. O Camponês Brasileiro: uma história de resistência. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 52, supl. 01, p. 24-44, 2014.

WATANABE, Célia Hissae. Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário e a Formação Sindical: A Experiência da CONTAG. Raízes, Campina Grande, v. 28, n. 01, p. 166-173, 2010.

WERLANG, Rosângela. ; MENDES, Jussara Maria Rosa. Pluriatividade no meio rural: flexibilização e precarização do trabalho na agricultura familiar. Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 14, n. 38, p. 140-163, jul./dez. 2016.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. O Saber Camponês: Práticas Ecológicas Tradicionais e Inovações. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de. ; MENEZES, Marilda Aparecida de. ; MARIN, Rosa Acevedo (Org.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias – volume 2: estratégias de reprodução social São Paulo/Brasília: EdUNESP/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 119-129.

WOORTMAN, Klaas. “Com Parente Não se Neguceia” – O Camponês Como Ordem Moral. Anuário Antropológico, Brasília, n. 87, p. 11-73, 1990.

WRIGHT, Paulo. Contribuição ao Aprofundamento da Análise das Relações de Produção na Agricultura Brasileira – 1971. In: STEDILE, João Pedro (Org.). A Questão Agrária no Brasil – O debate na esquerda – 1960-1980. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular. 2012, p. 107-126.

Artigo recebido em 19-05-2020  
Artigo aceito para publicação em 16-12-2021